

Boletim OPSA

| n.1, jan./mar. 2011 |



O **Observatório Político Sul-Americano - OPISA** é um núcleo de referência destinado ao monitoramento e registro de eventos políticos nos planos interno e externo dos países sul-americanos. Suas atividades principais envolvem a coleta e sistematização de informações relativas aos processos políticos dos países da região, bem como a elaboração de análises pontuais sobre aspectos e problemas das conjunturas doméstica e internacional da área.

Coordenadora Acadêmica

Maria Regina Soares de Lima
Ph.D. em Ciência Política pela Vanderbilt
University

Assistentes de Coordenação

Regina Kfuri
Tatiana Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Clayton Cunha (Bolívia)
Daniel Oppermann (Indicadores)
Ana Carolina Vieira de Oliveira (Argentina)
André Luiz Coelho (Paraguai)
Beatriz Thomaz Carvalho (Peru)
Fernanda Pernasetti (Equador)
Fidel Flores (Venezuela)
Pedro Benetti (Chile)
Athos Luiz dos Santos Vieira (Colômbia)
Francisco Josué Medeiros de Feitas (Brasil)
Guilherme Simões Reis (Uruguai)

Boletim OPISA

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade bimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

Este Boletim foi elaborado principalmente com base nas informações referentes aos meses de janeiro a março de 2011.

O Boletim OPISA é publicado na segunda semana do mês seguinte ao trimestre a que se refere.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são terminantemente proibidas.

ISSN 1809-8827

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IESP UERJ

Rua da Matriz, 82 - Botafogo - Rio de Janeiro -
RJ | Tel.: (21) 2266-8300 Fax: (21) 2286-7146

<http://www.opisa.com.br>
E-mail: observatorio@iesp.uerj.br

EDITORIAL

**Os Primeiros Cem Dias do
Governo Dilma e o Legado da
Política Externa de Lula.**

O governo Dilma mal completou cem dias e já surgem na mídia análises apressadas sobre as supostas descontinuidades de sua política externa com relação a do governo Lula. Repete-se, com sinal trocado, o que ocorreu na comparação do governo passado com o governo Cardoso, em que a continuidade era vista como positiva e a descontinuidade fruto de uma política externa partidarizada e ideológica que havia propositadamente esquecido os sábios ensinamentos do Barão do Rio Branco. Agora o foco se concentra nas descontinuidades que revelariam, segundo grande parte das análises, o re-encontro da política externa com "as melhores tradições do Itamaraty", mal conseguindo disfarçar o seu verdadeiro alvo. A parcialidade da mídia também é revelada nas análises sobre a postura externa brasileira sobre direitos humanos. Como observado no artigo de Josué Medeiros neste Boletim, praticamente tem passado incólume na imprensa a postura firme da Presidenta na criação da Comissão de Verdade, apesar das resistências corporativas que têm impedido que o Brasil siga os passos de Uruguai e Argentina e restaure a

memória dos anos de chumbo passo necessário para impedir eventuais movimentos futuros de quebra da ordem constitucional.

Fora diferenças de estilo, naturais em se tratando de lideranças tão diferentes, o tema dos direitos humanos e a complementaridade de sua face externa e interna têm sido destacados como uma das principais inovações da política externa do governo Dilma. Essa não é uma questão fácil no plano internacional dada a clara seletividade com que é tratada pelas potências, algo que ficou bastante claro na postura de Estados Unidos, França e Inglaterra face aos processos de democratização no Oriente Médio e Norte da África. Pouco tempo depois do voto brasileiro de apoio à resolução do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que instituiu um Relator Especial para investigar a situação do Irã, o Brasil experimentou na carne a seletividade do tratamento internacional na definição de situações domésticas de desrespeito aos direitos humanos. No início de abril, a Comissão de Direitos Humanos da OEA pediu a suspensão das obras de construção da usina de Belo Monte no rio Xingu induzida por denúncias difusas de várias ONGs, não identificadas, o que foi imediatamente rechaçado pelo governo.

A seletividade com que questões valorativas, como os direitos humanos, são tratadas no plano internacional, em que o poder ainda é a última instância, contrasta com sua trajetória no plano doméstico uma vez que seu encaminhamento segue um processo pré-definido de controles formais e legítimos presentes nos processos de argumentação e decisão legislativa. É neste sentido que se impõe ao governante uma visão pautada por uma lógica da responsabilidade no plano externo independentemente da sua estrita implementação no plano doméstico. Aliás, essa disjuntiva não está presente na política estadunidense que, campeã do respeito aos direitos humanos de terceiros, não avalia seu próprio quintal. Seja como for, o governo Dilma terá oportunidade de vivenciar as conseqüências não antecipadas desse tipo de decisão, mas que certamente não a afastarão da sua implementação doméstica e da decisão de deixar ao Congresso Nacional eventuais alterações do projeto original de criação da Comissão da Verdade.

Qualquer análise comparativa dos dois governos no quesito política externa deve, primeiramente, avaliar a política externa de Lula e seu legado na atualidade, algo que ainda não foi realizado em função da necessidade de um tempo maior para uma adequada perspectiva analítica.

Correndo o risco de uma inevitável simplificação, diria que a política externa daquele governo refletiu as escolhas políticas e os interesses do conjunto das forças sociais que lhe deram sustentação. Os últimos oito anos foram um período de significativa transformação da inserção internacional do Brasil seja no plano econômico, seja no plano político. Em parte, a internacionalização econômica respondeu às transformações do capitalismo brasileiro, mas uma outra parte foi resultado das políticas do governo passado, que propiciaram não apenas a consolidação da ordem capitalista no país mas também o alargamento de sua base social a partir da expansão da cidadania política e da inclusão pelo consumo de parcela ponderável das classes menos favorecidas.

Ao contrário do governo anterior, em que a política externa era um apêndice da política de estabilização macro-econômica, no governo Lula a política exterior retomou a condição de instrumento de desenvolvimento. Desta forma, combinou uma política internacional de revisionismo *soft* das principais instituições internacionais, políticas ativas de desenvolvimento industrial e tecnológico e políticas populares voltadas para a expansão da cidadania social e política. À internacionalização econômica, seja por via das empresas nacionais, seja

por via da competitividade das commodities agrícolas e minerais no mercado global, foi adicionado um componente de internacionalização política. Esta última se manifestou na participação do Brasil em inúmeros foros e arenas de negociação global, em campos variados como o comercial, financeiro, mudança climática, segurança internacional, entre outros. A consolidação da ordem burguesa e o alargamento da sua base social levaram analistas de fora do país a apontarem o Brasil como um legítimo representante da social democracia do Sul.

Transformações dessa natureza tendem a provocar conflitos distributivos acirrados na articulação das posições negociadoras brasileiras que acabam induzindo a combinação de um misto de estratégias defensivas e ofensivas, às vezes em uma mesma questão, em função da superposição de interesses contraditórios envolvidos na negociação internacional. Um dos maiores méritos do governo Lula foi trazer esse conflito para dentro do Estado seja por via da criação de mecanismos de concertação formal como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, seja por via de instrumentos informais, *ad hoc*. Um exemplo revelador foi o GT informal, coordenado pelo MRE, durante a rodada Doha para a costura da posição brasileira nas negociações

agrícolas, no âmbito da OMC, em que participaram não apenas as instâncias administrativas envolvidas nas questões de comércio e agricultura, mas também representantes do agronegócio e dos trabalhadores agrícolas reunidos na Contag.¹

Conseqüência também visível da dupla internacionalização política e econômica empreendida pelo governo passado foi a transformação da estrutura burocrática do Estado brasileiro com o crescimento de instâncias administrativas e gerenciais com atividade internacional, seja na formação da posição negociadora do país em temas variados, seja em atividades diversas de cooperação para o desenvolvimento de países do Sul. Mesmo que não se conheça ainda em detalhes o novo perfil da administração brasileira, mapeamentos pioneiros indicam que também se transformaram nos últimos anos os processos clássicos de formulação da política externa. Certamente a visão dessa última como resultado da ação de um ator unitário não mais corresponde ao que está ocorrendo hoje no país.

Diante deste quadro macro da economia política da política externa

¹ Cf. Maria Isabel Valladão, "Condicionantes Internacionais e Domésticos: O Brasil e o G-20 nas Negociações Agrícolas da Rodada Doha", *Dados*, vol. 53, no. 2, 2010, para uma relevante análise do novo contexto negociador doméstico na formação das posições diplomáticas brasileiras em fóruns multilaterais.

do governo Lula, é cedo para apontar eventuais descontinuidades no governo Dilma. Suas primeiras iniciativas no plano bilateral, com relação à Argentina, Estados Unidos e China, não autorizam a conclusão de mudanças substanciais do legado de Lula, mas pelo contrário a do seu aprofundamento. Afinal são esses os três principais parceiros comerciais do Brasil na atualidade e no governo passado foram criados mecanismos de articulação política com cada um deles visando distintos objetivos de política externa.

O tema da mudança/continuidade é o objeto do artigo de Josué Medeiros cujas conclusões também colocam em tela de juízo avaliações apressadas como aquelas que vêm sendo feitas na mídia em geral. Partindo de uma perspectiva temporal mais longa, argumenta o autor que o governo passado foi palco de um conflito não resolvido que vem desde a era Vargas e a instituição da ordem burguesa no país. Como em outros momentos de modernização desta ordem, pautados pela ênfase no fortalecimento do binômio desenvolvimentismo e inclusão popular, o governo Lula pôs em prática determinadas orientações de política que iam de encontro às orientações das forças conservadoras que majoritariamente apoiaram o governo FHC. A política externa foi uma dessas iniciativas de rompimento com a hegemonia neoliberal prévia

daí a crítica permanente à atuação externa daquele governo. O Boletim conta também com a análise de André Luiz Coelho sobre dos padrões energéticos predominantes na América do Sul apontando para a sua diversidade e os desafios que colocam para a integração energética da região. Finalmente, Beatriz Thomas Carvalho examina os resultados do primeiro turno das recentes eleições presidenciais no Peru, bem como das eleições para o Congresso Nacional e o Parlamento Andino para o período de 2011-2016.

Maria Regina Soares de Lima

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2011.

Instituições e Processos Políticos

Governo Dilma: novo momento para velhas disputas.

Josué Medeiros

Os cem primeiros dias do mandato da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), enviam sinais contraditórios para quem quiser elaborar um estudo sobre o atual patamar da correlação de forças e da disputa política no país. O desafio é interpretar este primeiro momento do governo Dilma como um novo reposicionamento de velhas disputas sem concluir, de forma prematura, sobre vencedores e vencidos, em meio a um processo político e social que ainda está em aberto.

É difícil, quiçá impossível, elaborar uma análise acadêmica consistente da dinâmica social brasileira tomando o governo Dilma de forma independente. É preciso dar tempo ao tempo, acompanhar qual será o cerne da estratégia política e governamental do novo governo, se e em que medida ele se diferenciará das decisões do período anterior e, por fim, qual será o resultado deste governo para o conjunto da sociedade brasileira.

Por esse motivo, o método desse texto será o de considerar o governo Dilma como parte de um processo de conflito social que está em curso no

Brasil há 20 anos, ou seja, desde a redemocratização. Esses conflitos ganharam uma nova dimensão com a eleição do então candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, para presidente do Brasil em 2002, e seguiram se reproduzindo nos três primeiros meses do novo governo, como se argumentará adiante.

Esta introdução fez-se necessária devido ao enorme número de análises provenientes seja da academia, seja dos movimentos sociais, passando pela imprensa e pelos partidos políticos, que vêm optando por elaborar vereditos definitivos sobre o governo Dilma a partir de indícios particulares, seletivos, geralmente escolhidos de acordo com os pressupostos que melhor sustentam os seus respectivos posicionamentos políticos. Dessa forma, as abordagens que apressadamente apresentam alguma conclusão sobre o governo Dilma se dividem em duas.

De um lado, estão aqueles que apontam para uma total continuidade entre os oito anos de governo Lula e este início de governo Dilma. Esses, em geral, estão nos partidos de esquerda e nos movimentos sociais. Uma minoria faz essa aproximação para denunciar a traição de classe que o PT, Lula e Dilma estariam pondo em prática. Mas a maior parte dos membros desse campo vê a

continuidade como algo positivo, pois defende que o governo Dilma aprofunde as conquistas e supere os limites do governo Lula.

Do outro lado, está a visão que instrumentaliza a luta que a direita brasileira faz contra o projeto democrático e popular, de modo a dissociar Lula e Dilma, enquanto dois atores políticos de relevância, e apresentar a experiência administrativa da presidente como uma superação dos limites e retrocessos da gestão anterior – superação esta que aparece como retorno de uma agenda típica do neoliberalismo. O principal lócus onde esta segunda visão se estrutura e se propaga é a grande mídia, que ao invés de provocar uma discussão substantiva sobre programas e idéias, escolheu esvaziar o debate político em torno de uma discussão maniqueísta e personalizada.

A própria existência dessa visão indica que, na verdade, o cenário de disputas para definir os rumos desse novo governo está em aberto. Tal cenário apresenta como marca decisiva uma forte atuação das forças políticas e sociais de direita, que foram derrotadas nas urnas em 2010, com o objetivo de impor sua agenda neoliberal para a nova gestão. Não é por outro motivo que os meios de comunicação apresentam a presidente

Dilma, outrora um “poste”, “sem expressão própria”, como a criatura que supera o criador. Para as forças conservadoras, faz parte desse momento desconstruir a imagem do ex-presidente Lula, tanto porque sua altíssima popularidade foi resultado da definição de um norte estratégico para o seu governo, a partir de 2005, que contraria os interesses aos quais a grande mídia está coligada; quanto porque Lula segue sendo um nome forte para as eleições presidenciais de 2014.

O que, enfim, pode ser verificado é que os setores sociais ligados ao capital financeiro aproveitam a conjuntura de grave crise econômica mundial em que a transição do governo Lula para o governo Dilma se deu para recolocar na pauta uma agenda política que foi sistematicamente derrotada nos pleitos presidenciais de 2006 e de 2010. Em seu lugar, um programa político desenvolvimentista e de esquerda foi vitorioso. Utilizando os grandes meios de comunicação como instrumento do interesse partidário, esses grupos buscam difundir uma visão sobre o governo Lula que não condiz com aquela que é vivenciada pela maioria da população brasileira. No quadro pintado nos editoriais dos principais jornais de circulação impressa, nos jornais noturnos das grandes redes de televisão e nos

programas de debate dos canais de noticiário da TV paga, o governo Lula teria se caracterizado por um conjunto de descaminhos em diversas áreas, tais como economia, política externa, direitos humanos e respeito à democracia.

No caso da política econômica, se algum mérito Lula apresentou, teria sido o de aproveitar o bom momento econômico internacional para obter algum êxito. Contudo, a permanência e a piora de problemas estruturais – a exemplo do excesso de gastos públicos, do crescimento do déficit estatal e da hipertrofia do Estado, cujo objetivo seria o de sustentar uma ampla e corrupta base política –, teriam representado a confirmação do despreparo de Lula na condução macroeconômica da nação. Os remédios para tais males já são largamente conhecidos: Corte de gastos, aumentos dos juros, privatização.

Mesmo o sucesso econômico de Lula é freqüentemente minimizado pelos especialistas, na maior parte do tempo através do uso de expedientes moralmente contestáveis, como a manipulação de números. Foi esse o caso quando da apresentação dos indicadores de crescimento econômico médio do país nos últimos oito anos. Conforme o divulgado, o Brasil apareceu com o menor crescimento

entre os países emergentes e um dos piores da América Latina. Há ainda aqueles que procuram demonstrar que a redução da miséria não teria sido tão significativa como a propaganda do governo diz, pois os critérios que determinam o que significa viver na miséria estariam subvalorizados, o mesmo valendo para o elevado índice de geração de emprego, que teria sido maquiado porque exclui o enorme contingente populacional que se encontra no mercado informal.

O que os tecnocratas que servem ao conservadorismo desprezam é que a comparação feita pela população no que diz respeito a temas como geração de emprego ou crescimento econômico não está relacionada à situação de outros países, mas sim àquela vivida no Brasil em governos anteriores. E, neste sentido, a percepção da população é evidentemente favorável ao governo Lula, levando-se em consideração que os índices de desemprego batiam recordes no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no mesmo tempo em que o crescimento da economia foi quase nulo.

A atuação da diplomacia brasileira é outro tema constantemente classificado nos grandes meios de

comunicação como uma herança maldita do governo Lula. A partidarização do Itamaraty, a politização excessiva e prejudicial aos interesses nacionais, como ficou claro no caso da nacionalização dos ativos da Petrobrás na Bolívia, além do suposto afastamento do Brasil em relação aos Estados Unidos são elementos que precisariam ser superados em nossa política externa. As forças políticas e sociais derrotadas por Lula e Dilma ao longo dos últimos oito anos, em três eleições presidenciais seguidas, apresentam ainda o tema dos direitos humanos como um dos marcos no qual o governo Lula deve ser superado. O posicionamento equivocado do Brasil nesta seara seria, mais uma vez, consequência da partidarização da política externa. Esse processo de ideologização da política exterior brasileira teria feito com que Lula, abandonando a recomendação por pragmatismo, se aliasse com "ditadores" como o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, colocando em risco a aspiração brasileira em se tornar ator relevante da política internacional.

Por fim, os setores oposicionistas aproveitam o início de um novo mandato presidencial e legislativo, caracterizado por uma ampla base governista no Congresso Nacional,

que permite inclusive a maioria qualificada necessária para mudanças constitucionais, para denunciar supostos ataques que Lula fez contra a democracia brasileira² e que poderiam ser retomados agora em novas condições de aprovação pelo legislativo.

Elencar esta agenda política como própria de setores ligados ao capital financeiro não significa inferir que o governo Lula teria enfrentado de forma resoluta estes interesses. Ao contrário, também aquelas forças ligadas às finanças globais ganharam muito nos oito anos de governo Lula. O que se pretende é justamente partir de um primado da política e negar uma total determinação desta esfera à instância econômica. Assim, mesmo lucrando com a política econômica do governo Lula, que manteve os juros e o superávit primário em níveis elevados, estes setores possuem ideologia própria e um projeto político definido, nos quais não cabem medidas desenvolvimentistas levadas a cabo por Lula, em especial no seu segundo mandato. O mesmo vale para os latifundiários do agronegócio que, mesmo beneficiados por uma forte política de créditos por parte do governo petista, apoiaram, na sua

² Alguns são exemplos desses ataques são o conselho de controle da mídia, a agência de controle da produção cinematográfica, que atentariam contra a liberdade de expressão e a possibilidade de aprovação do terceiro mandato para Lula entre outros

maioria, os candidatos da oposição derrotados em 2006 e 2010. Em ambos os casos existe uma recusa veemente em relação à redefinição das políticas públicas, à reorganização estratégica do Estado e à ampliação de direitos que desviem recursos materiais, financeiros e humanos da nação a favor dos mais pobres, dos despossuídos e até mesmo da classe média urbana.

Não é demais lembrar que esta agenda conservadora e neoliberal esteve presente no debate político brasileiro desde pelo menos a promulgação da Constituição em 1988, sendo hegemônica no conturbado governo Collor, no interregno de Itamar Franco e também durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Ao longo desse período, esse conjunto de proposições não deixou de ser questionado por setores sociais ligados à luta dos trabalhadores, como os partidos de esquerda, o movimento sindical e camponês, os estudantes e os intelectuais, sofrendo inclusive significativos reveses políticos³, antes de contundente derrota eleitoral em 2002, quando Lula conquistou a presidência pela primeira vez.

Mesmo com a derrota eleitoral, a agenda neoliberal seguiu influente e atuante no início do primeiro mandato de Lula. Os interesses que defendem esse programa utilizaram basicamente o mesmo instrumento de agora, qual seja, os grandes meios de comunicação. Além disso, a direita brasileira se aproveitou do desconhecimento que a esquerda manifestou com relação ao funcionamento da máquina estatal e também de uma conjuntura de crise econômica, naquele caso mais interna, restrita ao Brasil, para impor diversos pontos da sua agenda. Dessa maneira, o início do governo Lula foi marcado pela manutenção e aprofundamento de uma política econômica típica da ortodoxia neoliberal, com aumento do superávit primário, forte corte de gastos e uma reforma da previdência que contrariava uma parte dos interesses sindicais que apoiaram Lula nas eleições de 2002, aqueles ligados ao funcionalismo público.

Aqui, novamente, uma abordagem que privilegia o primado da política ajuda a explicar os rumos seguintes que o governo Lula tomou. Os setores neoliberais procuraram derrotar politicamente Lula mesmo tendo seus interesses correspondidos, tanto porque o ex-metalúrgico não representava ideologicamente estes setores, quanto pelo fato de que já no

³ O impeachment de Collor e a não privatização da Petrobrás sendo as mais importantes.

segundo ano esboçavam-se medidas que viriam a configurar uma estratégia anti-neoliberal e desenvolvimentista, como o Bolsa Família, o aumento do salário mínimo, a proposta de reforma universitária elaborada pelo governo e as iniciativas pró-integração sul-americana que já estavam em curso.

A chamada crise do “mensalão” é o ápice desta estratégia da direita brasileira. A grande mídia denunciou o esquema de financiamento ilegal de campanhas que já estava em prática durante o governo anterior, atribuindo-o exclusivamente ao Partido dos Trabalhadores e ao governo Lula. Os índices de popularidade do ex-presidente diminuíram significativamente e sua reeleição esteve em risco.

Outra vez é pela política que é possível explicar como Lula reverteu este quadro. Menos pela ótica do seu carisma pessoal – importante sem dúvida – e mais por uma dupla dinâmica que se estabeleceu entre o presidente e sua base social popular, sindical, camponesa, estudantil. Essa última, apesar de aturdida, não abandonou – a não ser com pequenas e residuais exceções – o projeto representado pelo presidente Lula. Pelo contrário, os movimentos sociais e populares saíram às ruas em defesa do ex-presidente e do avanço de uma

construção anti-neoliberal. E Lula acelerou a implementação de uma agenda de políticas públicas alternativa ao neoliberalismo, tendo a seu favor a superação da conjuntura de crise econômica herdada do governo Fernando Henrique e o maior conhecimento da máquina estatal por parte do seu campo político e social.

O resultado foi uma eleição presidencial, em 2006, polarizada pelo confronto entre dois projetos distintos, o neoliberal representado pelo candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, e o popular e desenvolvimentista, capitaneado por Lula que teve na sua expressiva vitória eleitoral a senha para imprimir esta nova orientação estratégica de modo categórico no segundo mandato. E contra esse sentido estratégico implementado especialmente no segundo mandato de Lula que a direita brasileira reorganiza a disputa no governo Dilma nos mesmos moldes do que ocorreu nos dois primeiros anos de governo Lula, tentando influenciar internamente o governo vitorioso nas urnas com a pauta que foi derrotada pelo sufrágio popular.

Não é por mero acaso, portanto, que o governo Dilma esteja sendo marcado por uma dinâmica contraditória, do mesmo modo que o governo Lula o foi. Se por um lado

não há mais o desconhecimento do aparato estatal, por outro a crise econômica é mais profunda e grave do que em 2002. Isso permite que os setores neoliberais se reposicionem para um novo capítulo da velha disputa que mobiliza as forças sociais brasileiras. Além disso, se é fato que os setores populares se fortaleceram ao longo das disputas dos últimos oito anos, e que a esquerda hoje ocupa um espaço institucional maior do que em 2002 (possuí mais deputados e senadores, mais governadores, o PT ampliou seus espaços em ministérios), também é verdade que a direita manteve posições importantes. Estas estão menos nos partidos políticos que comandaram a coalização conservadora no governo Fernando Henrique Cardoso, e mais nos grande meios de comunicação e nas agências de avaliação econômica que atuam no mercado de ações. Mas mesmo os partidos do neoliberalismo mantêm seu protagonismo, pois embora o PSDB e o DEM tenham saído enfraquecidos das urnas no plano nacional, eles conquistaram importantes vitórias estaduais, comandando os dois maiores colégios eleitorais do país, São Paulo e Minas Gerais.

É a partir desse quadro que se pode compreender o porquê de certas posições tomadas por Dilma neste início de Governo. O corte de gastos e

aumento de juros foram medidas colocadas em prática também durante o governo Lula, e neste momento eram esperadas devido à expansão dos gastos para manter a economia brasileira aquecida em 2009, auge da crise econômica mundial, e 2010, ano das eleições presidenciais. Dilma e Lula elaboraram e executaram de forma conjunta esta estratégia de "aceleração do crescimento", e o remédio da ortodoxia econômica seria implementado por ambos, o que desautoriza as versões sobre as diferenças entre os dois propagadas como armas desta velha disputa entre neoliberalismo e desenvolvimentismo.

O mesmo vale para o tema dos direitos humanos. Em primeiro lugar, era de se esperar um tratamento diferenciado a este tema por parte de Dilma, militante egressa das organizações clandestinas que combatiam a ditadura militar instalada em 1964 e que por conta disso foi presa e torturada. Esta nova prioridade para o tema se manifesta não apenas no reposicionamento do Brasil em fóruns internacionais, o que tende a colocar o Brasil em conflito com países com os quais estabeleceu relações de parceria, como Irã e China, por exemplo, mas aparece também e, sobretudo, na disposição da presidente em estabelecer um mecanismo institucional interno ao Estado brasileiro que apure os crimes

cometidos pelos militares nos 20 anos que estiveram no poder, mesmo com as amarras da Lei de Anistia de 1979 (e que foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em 2010), que concedeu anistia a todos os envolvidos nos conflitos políticos do período. Essa dinâmica interna, contudo, não merece o mesmo destaque dos grandes meios de comunicação do que a condenação por parte da Dilma do tratamento que os opositores no Irã recebem. Com esses dois pesos para o mesmo tema a direita brasileira deixa clara sua intenção em destruir a imagem do presidente Lula como forma de melhorar seu posicionamento nesta disputa.

Quanto à política externa, a disputa por parte dos setores conservadores se mostra ainda mais sem fundamento do que nos casos anteriores. Baseando-se apenas em diferenças de estilo entre o ex-presidente Lula e a presidente Dilma ou entre o ex-chanceler Celso Amorim e o atual, Antonio Patriota, os especialistas cuja voz é amplificada pela grande mídia comemoram a moderação da política sul-sul e antecipam uma reaproximação com os Estados Unidos simbolizada pela recente visita de presidente Obama.

Fatos concretos que indicam a manutenção do rumo anterior são

simplesmente ignorados por estes setores, como a nomeação do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães para o importante cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul, cuja tarefa é unificar a intervenção dos países do bloco em negociações internacionais. São igualmente esquecidos a manutenção do assessor especial da presidência para assuntos internacionais Marco Aurélio Garcia e o firme discurso de Dilma durante a visita de Obama no qual a presidente brasileira cobrou do presidente da nação norte-americana um reposicionamento em questões importantes para o Brasil como a reforma da Organização das Nações Unidas e o fim das barreiras alfandegárias para produtos brasileiros.

Por fim, é no ponto da “defesa da democracia” que a influência da agenda neoliberal se faz mais presente e duradoura, e, também, aqui esta velha disputa gera no governo Dilma a mesma reação que Lula organizou. Todos os avanços verificados durante o governo Lula no sentido de romper com a hegemonia neoliberal e avançar na construção de um projeto democrático e popular, que reorienta o Estado brasileiro no caminho da promoção de um desenvolvimento econômico que favoreça a maioria da população se deram nos marcos da

institucionalidade vigente. Em nenhum momento Lula pretendeu ir além da ordem burguesa existente no Brasil desde 1988.

Esse ir além não tem como corolário a idéia de que Lula e o PT, uma vez conquistando o governo central, deveriam iniciar um processo de lutas sociais rumo à ruptura revolucionária com o *status quo* vigente. Existem outros caminhos para se alargar e até mesmo transformar a realidade institucional e política de um país. Trata-se da elaboração de um programa de reformas estruturais que redefinam de forma permanente o Estado brasileiro, de modo a garantir que os atuais e futuros avanços não sejam desfeitos pela vitória de um governo alinhado com os interesses do neoliberalismo. Esse programa de reformas já foi amplamente debatido pelos setores progressistas que apóiam o presidente Lula – e só por isso existe alguma chance de sucesso, posto que pode vir a ser sustentado por um bloco histórico de forças sociais que constituam maioria na sociedade brasileira e que, por isso, será capaz de enfrentar as resistências que certamente virão das classes dominantes.

É parte desse conjunto de reformas, por exemplo, uma reforma política que aprimore a representação e os mecanismos participativos da

democracia brasileira. Também está incluída nesta agenda uma reforma agrária que altere de fato a autoritária estrutura fundiária brasileira, cujos fundamentos permanecem inalterados após oito anos de governo progressista. Uma profunda reforma do sistema tributário nacional, que segue onerando os mais pobres da nossa sociedade também é fundamental. A reorganização do Estado brasileiro de modo a garantir a universalização de direitos fundamentais como saúde e educação, além da construção de instrumentos estatais que garantam não só a continuidade do crescimento com distribuição de renda, mas também que este desenvolvimento econômico seja sustentável do ponto de vista ambiental, configura uma tarefa urgente e que só pode ser completada se as forças sociais que venceram as três últimas eleições avançarem com uma agenda de reformas que alargue a ordem burguesa existente no Brasil.

Não há, na apresentação deste programa de reformas, a pretensão de elaborar uma fórmula mágica para a solução dos conflitos políticos e sociais que acompanham o Brasil desde que a ordem burguesa se constituiu plenamente no país. Estas reformas são parte de um acúmulo coletivo elaborado ao longo dos últimos 20, ou 30 anos, por um

conjunto de atores sociais que lutam contra a hegemonia neoliberal. O que se fez aqui é apenas uma sistematização de propostas já existentes.

Mais importante nesse trabalho é identificar que o resultado dessa disputa não está dado e que nada indica que a correlação de forças esteja pior para a esquerda do em 2002, antes da primeira vitória eleitoral da esquerda. Pelo contrário, o fato de que a direita precisa esconder suas posições em um falso elogio ao início do governo Dilma é um sintoma da fraqueza das idéias neoliberais. A valorização da política permite, portanto, que se faça uma análise do início do governo Dilma sem conclusões apressadas que correm o risco de serem desmentidas pelo simples correr dos fatos. Uma vez que as eleições são apenas uma entre as muitas formas de manifestação dos conflitos sociais, não é surpreendente que as disputas entre a direita e a esquerda no Brasil continuem após o pleito presidencial. É esta a situação atual da conjuntura brasileira, tendo no governo Dilma o instrumento articulador, organizador e, quem sabe, potencializador das forças progressistas e de esquerda.

Referências bibliográficas

Observatório Político Sul-Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/banco.php>.

Integração Regional

A integração energética sul-americana no período recente: iniciativas promissoras e conflitos duradouros.

Andre Luiz Coelho

O objetivo desse artigo é realizar um breve panorama dos eventos relacionados à integração energética na América do Sul dos últimos quatro anos. Essencialmente descritivo, o texto está dividido de acordo com as três principais formas de geração de energia na região: pela utilização de hidrocarbonetos em termelétricas, pela força das águas que move as usinas hidrelétricas e finalmente através da energia nuclear.

Energia via hidrocarbonetos: o protagonismo andino das nacionalizações.

De um modo geral, o protagonismo das iniciativas de geração de energia via hidrocarbonetos na região pertenceu aos países andinos e em especial a Bolívia. Questões relacionadas à estatização de empresas multinacionais e acordos de cooperação bilateral constituíram os temas mais relevantes dos últimos anos. Vale lembrar, entretanto, que diferentemente de Venezuela e Equador que possuem o petróleo como principal produto de exportação,

no caso boliviano o gás natural é o *commodity* mais importante do país.

Início essa seção repercutindo as principais ações do presidente da Bolívia, Evo Morales, em relação à nacionalização dos ativos de empresas multinacionais que exploravam o gás natural no país.

No mês de janeiro de 2009, o presidente Morales emitiu decreto determinando a nacionalização da petroleira Chaco S.A. e a sua ocupação pelas forças armadas bolivianas. Com o decreto, a estatal petroleira YPFB assumiu os 50% das ações da companhia pertencentes à empresa Pan American Energy, subsidiária argentina da britânica British Petroleum. Segundo o governo, a nacionalização completa da companhia foi decidida face aos fracassos do governo em negociar a compra de um pacote mínimo de ações da Chaco que tornassem a YPFB sócia majoritária da companhia. Em maio de 2008, Morales já havia realizado ação semelhante, ao emitir decreto para a compra pela YPFB de 1,08% das ações pertencentes à Pan American Energy de modo a tornar a estatal sócia majoritária da empresa.

O mês de setembro de 2009 foi muito importante para a questão energética boliviana por representar uma série de eventos de nacionalização de

empresas estrangeiras ligadas a exploração de gás natural. No dia 10 o governo emitiu decreto que transferia à estatal Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE) as ações de três geradoras em mãos de fundos de pensão privados. De acordo com o Decreto Supremo n. 289, o Estado transferiu sem custos à ENDE os 47,2% das ações da Empresa Elétrica Corani, 49,8% das ações da Empresa Elétrica Guaracachi e o 49,8% da Empresa Elétrica Valle Hermoso. No dia 26 o governo nomeou seus representantes nos diretórios das três empresas.

Tais iniciativas foram possíveis graças à concessão de um empréstimo de US\$ 1 bilhão de dólares pelo Banco Central da Bolívia (BCB) à estatal petrolífera YPFB com recursos das reservas internacionais líquidas do país, também no dia 10 de setembro. Ainda em 2009 o governo criou a Empresa Boliviana de Industrialização dos Hidrocarbonetos (EBIH), reforçando a postura de Morales no sentido da ampliação da soberania boliviana na área dos hidrocarbonetos.

Em maio de 2010, o presidente Morales anunciou novas nacionalizações, que dizem respeito às geradoras elétricas Guaracachi, Corani e Valle Hermoso e da distribuidora Empresa de Luz e Força

Elétrica de Cochabamba (ELFEC). O anúncio da nacionalização das elétricas foi feito em ato de celebração do dia do trabalho realizado em Cochabamba nas instalações da empresa Corani.

No entanto, Evo Morales enfrentou conflitos internos que prejudicaram a exportação do gás boliviano, mostrando que as disputas não ocorrem somente entre governo e empresas estrangeiras, mas também graças à ação de forças de oposição ao governo. Em setembro de 2008 manifestantes opositores a administração de Morales ocuparam o campo petrolífero de Vuelta Grande e danificaram o gasoduto Yacuiba-Rio Grande. Os estragos causaram a redução temporária no volume de gás exportado ao Brasil de 31 para 28 milhões de metros cúbicos e um prejuízo de 100 milhões de dólares. Alguns dias depois, novos manifestantes cercaram o campo petrolífero de Pocitos, próximo a Yacuiba, e forçaram o fechamento de válvulas interrompendo o envio de gás à Argentina por um dia.

No que diz respeito aos acordos bilaterais, a administração de Evo Morales procurou ampliar ainda mais a relação com os parceiros da região. Em março de 2009 Bolívia e Paraguai assinaram acordos de cooperação e integração energética. Tais convênios

contemplam a integração física, energética e de transporte e prevêm a construção de um gasoduto para a exportação que ligue a Bolívia não apenas ao Paraguai como ao Uruguai, se inserindo no marco do Urupabol, projeto que desde a década de 1970 articula uma maior aproximação de caráter estrutural entre os três países. Morales já havia apresentado, em 2008, um plano cujo objetivo era viabilizar a venda de hidrocarbonetos para os mercados paraguaio e uruguaio, diversificando a atual pauta de exportações que incluía apenas o sul do Brasil e o norte da Argentina.

Em março de 2010, os presidentes da Bolívia, Evo Morales e do Uruguai, José Mujica, assinaram uma declaração conjunta na qual destacam os avanços na comissão técnica do Urupabol que projeta a exportação de gás boliviano para Paraguai e Uruguai e reafirma o desejo uruguaio de comprar gás do país, o que envolveria utilizar dutos que entram no território argentino. No mesmo mês, Bolívia e Argentina assinaram um apêndice ao contrato de exportação de gás boliviano ao país platino. O apêndice estabeleceu aumentos graduais nos volumes de gás exportado de 7,7 milhões de metros cúbicos em 2010 a 27,7 milhões de metros cúbicos a partir de 2021 e prevê ainda penalidades mútuas em caso de descumprimento dos valores e

quantias acertados no contrato. Para atingir os volumes acordados, os presidentes lançaram, no mesmo dia, convocatória de licitação para a construção de um gasoduto de 20 quilômetros que conectará o campo gasífero de Margarita à localidade de Madrejones na fronteira com a Argentina. Por sua vez, a Argentina se comprometeu a construir 40 quilômetros de gasodutos desde Madrejones até Durán, onde a rede se conectará ao Gasoduto do Nordeste Argentino (GNEA).

Finalmente, em março de 2011, a petroleira estatal boliviana YPF assinou seis convênios com as companhias YPF da Argentina e a brasileira Petrobras para conduzir estudos de prospecção de hidrocarbonetos no sul da Bolívia. Argentina e Brasil são os principais mercados de gás da Bolívia, que segundo compromissos vigentes deverá elevar sua exportação a um máximo de 58 milhões de metros cúbicos diários a partir de 2015.

Depois da Bolívia, o Equador foi o país mais importante na dinâmica da integração regional pela geração de energia via hidrocarbonetos. O governo de Rafael Correa foi protagonista de uma série de decisões que visaram ampliar o controle estatal sobre a exploração e comercialização do petróleo, tendo como resultado

uma série de conflitos com empresas privadas multinacionais.

Em setembro de 2008 o presidente do Equador, Rafael Correa, firmou acordos bilaterais com ministros do Chile e da Venezuela para a criação de duas empresas mistas que serão responsáveis pela exploração de gás e petróleo nos blocos 4 e 40 da região do Golfo de Guayaquil, no Equador. Esta foi a terceira vez que o governo de Correa constituiu empresas de economia mista para a exploração de recursos energéticos. Antes destas, o governo criou empresas com a PDVSA para a construção de uma refinaria em Manabí, no Equador, e a recuperação do campo de Sacha.

Ainda em setembro, ocorreu o primeiro conflito relevante entre o Equador e o Brasil na questão de hidrocarbonetos, quando o governo equatoriano expulsou do país a empreiteira brasileira Odebrecht - que construiu a hidrelétrica de San Francisco, localizada na paróquia do Río Negro. Na ocasião, ocorreu a militarização da hidrelétrica pelo exército equatoriano, o embargo dos bens da empresa e a proibição da saída de quatro funcionários da empreiteira do país. Segundo decreto presidencial, a expulsão ocorreu devido a falhas na obra do projeto da hidrelétrica e foi justificada pela necessidade de proteção das

instalações e do pessoal. A hidrelétrica, que teria capacidade de produção de 230 megawatts, ou 12% da demanda energética do país, foi paralisada no dia 06 de junho de 2008 devido a falhas em uma de suas turbinas

Em maio de 2009, Rafael Correa firmou quatro novos acordos de cooperação bilateral com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. O primeiro tema da agenda da reunião entre os dois presidentes foi a revisão dos acordos energéticos já firmados até então entre os dois países. Chávez e Correa discutiram o plano de exploração conjunta das reservas de gás do Golfo de Guayaquil. Durante o primeiro governo de Correa (2007-2009), os dois países já haviam firmado 37 acordos nas áreas alimentar, energética, financeira e comercial.

Ainda no mês de maio, outra ação importante do governo equatoriano teve grande repercussão para as negociações comerciais de hidrocarbonetos e para a segurança jurídica do país: Rafael Correa anunciou a saída do Equador do Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (Ciadi). O Ciadi é um órgão de arbitragem adstrito ao Banco Mundial. O Equador vem enfrentando diversas demandas junto a este

centro; a maioria delas iniciadas por empresas petrolíferas multinacionais, como a francesa Perenco e a norte-americana Occidental (Oxy), que reclamam o descumprimento contratual por parte do Estado.

Diante do aumento de demandas internacionais, o governo já vinha negociando acordos para que as empresas retirassem suas demandas do Ciadi. Os acordos incluem a previsão de que futuras contendas sejam submetidas ao Centro de Arbitragens e Mediação de Santiago do Chile, que segue as normas da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (Uncitral, em inglês). Além disso, os atuais contratos de participação seriam transformados em contratos de serviços no prazo de um ano, de forma que toda a produção fosse adquirida pelo Estado. Em troca, o governo se comprometeria a negociar a redução de sua participação sobre os lucros extraordinários de 99%, para até 70% durante o prazo das negociações.

No entanto, cabe ressaltar que a produção de petróleo vinha decaindo nos últimos três anos em decorrência da falta de investimentos das empresas petroleiras privadas, devido à fraca regulamentação sobre os aportes na área. Com a nacionalização da produção petrolífera

e a renegociação dos contratos dessas empresas, que migram para a categoria de prestação de serviços com relação ao Estado equatoriano, o governo espera chegar a um acordo que estabilize as condições do setor privado.

Na Venezuela, o tema da expropriação de empresas ligadas a produção e comercialização de hidrocarbonetos também foi a principal questão no período analisado, o que acaba trazendo conseqüências negativas no que diz respeito a iniciativas de integração energética para região. O governo de Hugo Chávez, no entanto, procurou ampliar as iniciativas de integração regional com o intuito de minimizar o problema.

Em julho de 2008, Chávez fez visita oficial a Equador, onde lançou o projeto de construção da Refinaria do Pacífico, com capacidade de refinação de 300 mil barris diários de petróleo. O projeto teria participação financeira das estatais petrolíferas de ambos os países. Em agosto do mesmo ano novos acordos foram assinados para a exploração conjunta de campos petrolíferos em território venezuelano. Durante a visita os presidentes inauguraram novas instalações de perfuração petrolífera para serem operadas conjuntamente por Petroecuador e Pdvsa.

Em maio de 2009, a Assembléia Nacional venezuelana aprovou Lei que reservou ao Estado Bens e Serviços Conexos à Atividade Primária de Hidrocarbonetos, que permitiu expropriar, mediante declaratória de utilidade pública, bens e serviços associados à exploração de hidrocarbonetos. Menos de 24 horas depois da aprovação, o ministro de Energia e Petróleo e presidente da estatal Petróleos de Venezuela (Pdvsa), Rafael Ramírez, mandou tomar 300 navios que prestam serviços à indústria petrolífera no litoral oriental do lago Maracaibo. A Lei de Hidrocarbonetos de 2001 reservava ao Estado apenas as atividades relativas à exploração e busca de jazidas de hidrocarbonetos, à extração dos mesmos em estado natural, à sua coleção, transporte e armazenamento iniciais. Essas eram denominadas atividades primárias. Com a nova lei, foram incorporados fundamentos legais para estatizar bens e serviços ligados a essas atividades.

Na busca por novos parceiros, Venezuela e Irã iniciaram em novembro de 2009 uma agenda de trabalho que incluía 12 acordos de cooperação em matéria de eletricidade, meio ambiente, infraestrutura, indústria automotiva, moradia, agricultura e turismo. Os mandatários também inauguraram a

sede do fundo único binacional Venezuela – Irã, que deve contar com um capital de um bilhão de dólares para financiar os projetos binacionais.

Outro país que promoveu importantes iniciativas para a produção e comercialização de hidrocarbonetos foi o Uruguai. Em dezembro de 2008 foi inaugurada a Rodada Uruguai 2009 de Petróleo e Gás, na qual o Estado abriu a licitações a plataforma continental do país, para os interessados em explorar e prospectar petróleo e gás. O objetivo da rodada foi iniciar o processo de licitação para a exploração de 11 blocos petrolíferos nas bacias uruguaias de Pelotas e Punta del Este. Pouco mais de um ano depois, os resultados apareceram. No fim de março de 2011 foi divulgado pela estatal uruguia do Petróleo (Anap) que pela primeira vez na história do país foi encontrado petróleo em seu território. A qualidade e a quantidade do óleo encontrado ainda não puderam ser estimadas. Vestígios de petróleo foram encontrados nas proximidades do balneário de La Paloma, em Durazno, mas as autoridades dizem ser possível a existência de “indícios de petróleo” em seis outros departamentos do país.

No mês anterior, fevereiro de 2011, os presidentes do Uruguai e da Argentina firmaram um acordo que

tem por objetivo estabelecer as pautas para a instalação de um terminal de regaseificação em território uruguaio, para o provimento de gás natural a ambos os países por um período de 15 anos a partir de 2013. Estão previstos a produção de 10 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, que poderão ser expandidos no futuro para 15 milhões. As ampliações acontecerão por etapas, atendendo o crescimento da demanda e ao critério de racionalidade econômico-financeira. O projeto foi batizado de GNL Del Plata.

Em relação à participação brasileira na integração energética sul-americana, em termos da exportação de hidrocarbonetos, essa ainda é uma aposta futura e calcada nas possibilidades de exploração das reservas de petróleo encontradas em águas profundas do litoral brasileiro, o chamado pré-sal. As reservas estão estimadas em oito bilhões de barris de petróleo de excelente qualidade, o que coloca o Brasil no patamar dos maiores países produtores desse bem no mundo. Por outro lado, o Brasil continua sendo importador do gás natural boliviano e almeja a criação de um pólo petroquímico em parceria com a Petrobrás no sul do Peru, conforme ficou acordado após visita do ex-presidente Lula a seu homólogo peruano, Alan García, em dezembro de 2009. O principal objetivo seria o

beneficiamento do gás natural extraído da bacia de Camisea, a maior reserva conhecida de hidrocarbonetos do país.

Energia via geração hidrelétrica – uma agenda de cooperação permanente.

As iniciativas de integração energética por meio de geração via hidrelétricas no período analisado tiveram o Paraguai como principal protagonista, graças as duas usinas hidrelétricas binacionais compartilhadas pelo país: a Usina de Itaipu, na fronteira com o Brasil; e a Usina de Yacyretá, na fronteira com a Argentina. No entanto, em ambos os casos o governo paraguaio iniciou demandas contra seus parceiros no sentido de aumentar sua posição de barganha frente a acordos que a atual administração do presidente Fernando Lugo considera desfavoráveis aos interesses paraguaios.

A renegociação das demandas paraguaias relacionadas à usina binacional de Itaipu foi o principal tema bilateral entre Brasil e Paraguai desde a posse do atual presidente deste país, Fernando Lugo, ocorrida em agosto de 2008. Desde então ocorreram diversas reuniões entre Lugo e o então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de discutir o tema. Após

vários encontros sem resultados efetivos, em julho de 2009 os mandatários finalmente chegaram a um acordo e assinaram uma declaração conjunta a respeito da usina binacional de Itaipu. O principal ponto do acordo diz respeito ao aumento no valor pago pelo Brasil pela energia revendida pelo Paraguai, uma vez que o país tem direito a 50% da produção total da hidrelétrica, embora consuma apenas 5%. O valor pago pelos brasileiros, atualmente cerca de US\$ 120 milhões por ano, será triplicado, chegando a US\$ 360 milhões. O documento também estipulou que os paraguaios poderão revender o excedente energético para outros compradores, desde que mantenham a relação preferencial com o Brasil. A declaração teve como base as seis reivindicações formuladas pelo governo Lugo e entregues ao Brasil, em agosto de 2008. Quatro delas teriam sido contempladas pelo acordo assinado entre os dois presidentes: a possibilidade de revender o excedente energético paraguaio para outros mercados; o aumento no preço pago pelo Brasil pela energia revendida; a co-gestão completa na administração da Usina e o acesso às contas da empresa para fiscalização por parte da Controladoria paraguaia e pelo Tribunal de Contas brasileiro. Em outubro do mesmo ano o Congresso nacional do Paraguai aprovou por unanimidade o acordo

assinado com o Brasil. O Congresso brasileiro, no entanto ainda não aprovou o tratado, tarefa que agora está a cargo do governo de Dilma Roussef.

Em setembro de 2009, representantes de Paraguai e Argentina se reuniram em Buenos Aires para debater a situação da Entidade Binacional de Yacyretá (EBY), particularmente a questão da dívida da entidade, estimada em US\$ 15,8 milhões. De acordo com os registros argentinos, 93% da dívida da usina foram contraídos junto ao Tesouro nacional deste país, porém os valores estimados são contestados pelas autoridades paraguaias que desde 2008 manifestaram a intenção de analisar sua origem e negociar sua reestruturação. A discussão sobre os valores da dívida paraguaia persiste até hoje e constitui fonte de grande discordância entre os dois países.

Finalmente, em fevereiro de 2011 o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, e sua homóloga argentina, Cristina Kirchner, celebraram oficialmente o fim das obras da EBY, bem como a elevação do nível do reservatório da hidrelétrica à cota de 83 metros, o que proporcionou a operação da usina em seu grau máximo. A construção da usina se estendeu por 38 anos - 30 a mais do que o previsto - e teve o custo

aproximado de US\$ 12 bilhões de dólares. Cerca de 80% do território inundado pela represa, banhada pelo rio Paraná, pertence ao Paraguai. A elevação da nova cota de Yacyretá permitiu a realização de um acordo de compra e venda de energia elétrica entre o Paraguai e o Uruguai. A transmissão da energia ocorrerá através do território da Argentina e oscilará entre 150 e 200 megawatts. A venda de energia deverá gerar uma receita entre US\$ 60 a US\$ 120 milhões de dólares. Uma operação semelhante de venda de energia elétrica para o Chile está sendo analisada pelo governo paraguaio.

Os outros países a apresentarem iniciativas para a integração energética por meio de hidrelétricas foram Equador, Peru e Colômbia. No final de 2009, em meio a uma crise energética provocada pela diminuição das chuvas em seu território, o governo equatoriano declarou estado de "exceção elétrica" por 60 dias, optando em seguida por importar energia da Colômbia e do Peru para suprir suas necessidades básicas. A hidrelétrica de Paute que, em condições normais, abastece 60% da energia elétrica consumida no Equador operou oferecendo apenas 35% da demanda do país. Em razão da situação, a opção foi pela adoção de um cronograma de racionamento e

cortes de energia alternados entre diversas regiões.

A Colômbia, que atualmente já exporta 5% da energia consumida no Equador, concordou em aumentar a quantidade de energia vendida aos equatorianos, mas reservou-se o direito de interromper essa transmissão de acordo com as necessidades de demanda interna de seu país. Outra iniciativa tomada pelo governo de Rafael Correa na ocasião foi a importação pela estatal Petroecuador de 700 mil barris de diesel do Golfo do México, visando assegurar combustível para as centrais termoelétricas.

Energia nuclear - Indícios de integração ainda muito incipientes.

Se comparada as outras duas principais formas de geração de energia, as iniciativas de integração energética com base em energia nuclear foram muito incipientes no período recente. Brasil e Argentina despontaram como os principais protagonistas, com a assinatura de alguns acordos de intenções bilaterais e uma série de outros acordos com outros países de fora da região, indo desde os Estados Unidos ao Irã. No entanto, cabe ressaltar que as iniciativas de energia nuclear estão

restritas ao consumo interno dos países e não a exportação.

De um modo geral, o governo da presidente Cristina Kirchner mostrou-se o mais ativo da região no que diz respeito à busca por parcerias na área da energia nuclear. Nos últimos meses de 2008 a Argentina assinou uma série de acordos de cooperação energética com países do norte da África. Em outubro, durante visita do rei jordaniano Abdullah 2 a América Latina, aforam assinados acordos de cooperação energética e científico-tecnológica entre os dois países. No mês seguinte foi a vez de Cristina Kirchner visitar países do norte da África e empreender a negociação de temas ligados a energia nuclear. Na ocasião, foram assinados acordos de cooperação para o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos com a Argélia, Tunísia, Egito e finalmente Líbia.

Em 2010 o governo argentino assinou acordos semelhantes de cooperação nuclear com a Coreia do Sul e com a Índia. No entanto, foi em agosto do mesmo ano que ocorreu o evento mais importante na direção da integração energética via energia nuclear entre os países da região: Brasil e Argentina acertaram as bases para a construção de reatores nucleares por ambos os países de modo que ambos possam

compartilhar das mesmas especificações técnicas. O custo do projeto, que terá início em 2016 e será realizado no Centro Experimental Aramar, em Iperó, estado de São Paulo, está avaliado em R\$150 milhões.

O Equador foi o terceiro país que buscou promover a energia nuclear em seu território, graças a opção do presidente Rafael Correa no ano de 2008 de retomar os estudos iniciados quatro décadas atrás sobre a presença de urânio no sul do país. Uma demonstração nesse sentido foi o convênio de cooperação assinado com o Organismo Internacional de Energia Atômica (OIEA). Na ocasião, o representante da OIEA ainda informou que o Equador está participando de um projeto regional para a exploração de urânio, com vistas a viabilizar uma alternativa para a mudança da sua matriz energética baseada no petróleo.

Conclusão

Como demonstrado pelo artigo, as iniciativas de integração energética na América do Sul no período foram aquém do esperado. Os países andinos expuseram seu protagonismo na geração de energia via hidrocarbonetos, enquanto o Paraguai se mostrou o país mais importante na geração de energia via hidrelétricas,

compartilhadas em usinas binacionais com Argentina e Brasil. Por fim, vimos que a geração de energia nuclear na região ainda carece de ações mais concretas para o seu estabelecimento e posterior cooperação regional.

Referências bibliográficas

Observatório Político Sul-Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/banco.php>.

Monitor Eleitoral

Peru: eleições presidenciais e legislativas de 2011

Beatriz Thomaz Carvalho

Em 10 de Abril de 2011, o povo peruano foi às urnas para escolher um novo presidente e os políticos que os representarão no Congresso Nacional e no Parlamento Andino durante o mandato 2011-2016. Mesmo o voto sendo obrigatório no Peru, com 99% dos votos computados a taxa de abstenções foi de 16,14% do total de quase 20 milhões eleitores. Na eleição presidencial de 2006, essa taxa foi de 11,5%. Segundo um boletim estatístico do Registro Nacional de Identificação e Estado Civil (Reniec, na sigla em espanhol), publicado em fevereiro, 3,5 milhões de novos eleitores votariam nas eleições de 2011, o que representaria um aumento de 20,95% em relação às

eleições de 2006. Todavia, o nível de abstenções foi menor nesse do que naquele ano. O boletim também informou que, em 2011, o grupo etário majoritário passou a ser formado pelos cidadãos entre 20 e 34 anos, que formam 39,12% do eleitorado. Além disso, os votos da zona rural e dos peruanos residentes no exterior poderiam fazer a diferença em caso de uma votação apertada.

O período eleitoral foi repleto de denúncias e de acusações. Por diversas vezes os candidatos reclamaram de supostas intervenções do presidente Alan García no processo eleitoral. Alejandro Toledo, do partido Peru Possível (PP), foi acusado de buscar ajuda na embaixada americana para evitar a eleição de Ollanta Humala, da coligação Ganha Peru (GP), em 2006. A atual prefeita de Lima, Suzana Villarán, do partido Força Social (FS), tornou público um dossiê de avaliação do período em que o agora candidato a presidente pela coligação Solidariedade Nacional (SN), Luis Castañeda, estava à frente da prefeitura, revelando diversas irregularidades. Pedro Pablo Kuczynski, da coligação Aliança pela Grande Mudança (APGC), foi atacado diversas vezes pelos outros candidatos por possuir dupla nacionalidade americana. Keiko Fujimori, do partido Força 2011, foi

constantemente criticada devido aos crimes cometidos por seu pai.

Já Ollanta Humala, membro do Partido Nacionalista Peruano (PN), é um candidato que merece uma análise mais aprofundada. O candidato nacionalista passou a adotar um discurso menos radical em comparação ao de 2006, quando também foi candidato a presidente. Agora, ele afirma que irá respeitar os acordos firmados pelo Peru e que não fará mudanças constitucionais. Humala contratou assessores brasileiros, Luis Favre e Valdemar Garreta, para a coordenação de sua campanha. Ambos haviam trabalhado com Lula durante o período eleitoral no Brasil, o que pode explicar a mudança em sua estratégia de campanha. O líder nacionalista tem sido acusado de tentar usar uma estratégia parecida com a do ex-presidente brasileiro: moderar suas idéias e assim conquistar a confiança dos empresários e de uma parte ainda desconfiada do eleitorado. Desde que passou a ocupar o primeiro lugar nas pesquisas, Humala foi muito atacado pela mídia, sendo acusado de esconder suas reais intenções. Seu discurso menos radical seria, desse ponto de vista, apenas uma forma de enganar o eleitorado. Uma vez no poder, o "verdadeiro" Humala, o de 2006, ressurgiria com políticas que se

assemelhariam às do presidente venezuelano, Hugo Chávez.

Como a economia peruana cresce aceleradamente e as commodities metálicas estão em alta, Humala poderia sustentar gastos sociais altos e subsidiar a produção de alguns produtos, como o combustível, por exemplo, tornando-o mais barato. Dessa forma, ele teria o apoio e o respaldo da população para eventuais mudanças constitucionais como a instituição da reeleição, entre outras. O anúncio da liderança do candidato nas pesquisas de intenção de voto coincidiu com a queda da bolsa de valores de Lima e com a valorização do dólar. Apesar da constatação de diversos especialistas de que esse fenômeno não era relacionado com a vantagem de Humala nas pesquisas, o candidato realizou uma coletiva de imprensa na qual assegurou que irá respeitar os acordos comerciais, os contratos assinados e a liberdade de expressão no país.

A crise de representação das instituições políticas clássicas no Peru é patente. No que diz respeito aos partidos políticos tradicionais, o descontentamento ficou evidente com o resultado do pleito para os governos municipais em outubro de 2010. Nessa eleição, apenas seis distritos tiveram o triunfo de um candidato pertencente a algum desses partidos.

A maioria dos distritos foi conquistada por movimentos regionais independentes, muitos desses de esquerda. O sentimento com relação à fragilidade institucional do país e à legitimidade dos processos políticos em curso no âmbito dessa estrutura se fez sentir, ainda, pela lentidão na apuração dos votos dessa mesma eleição, que só foram completamente computados um mês depois da realização do pleito. Esse evento deflagrou uma discussão sobre a adoção do voto eletrônico no país, cuja regulamentação foi aprovada pelo Congresso em 14 de outubro de 2010. O novo sistema começou a ser aplicado nas eleições gerais de 2011, em alguns distritos eleitorais.

No Peru, adota-se o sistema proporcional de lista fechada, ao contrário do Brasil, onde, nas eleições para deputados e vereadores, é utilizado o sistema proporcional de lista aberta. O sistema denomina-se proporcional porque leva em conta não só a votação obtida pelo candidato, mas o conjunto de votos do seu partido. O número de cadeiras obtidas corresponde à porcentagem de votos da sigla no total da eleição. Na lista fechada, cada partido apresenta os nomes de seus candidatos em ordem de prioridade e o eleitor vota na sigla, e não em um candidato específico. Se um partido conquista três cadeiras no Congresso,

estas serão preenchidas pelos três primeiros candidatos da lista previamente entregue ao tribunal eleitoral do país. Já na lista aberta, o eleitor vota em um candidato específico. Uma vez definido o número de cadeiras que corresponde ao partido, os mais votados tomam posse do cargo.

Dessa forma, tanto para as eleições legislativas, quanto para o Parlamento Andino, o eleitor peruano não votou em um candidato específico, mas sim em uma chapa partidária. Quanto maior essa porcentagem for, mais cadeiras a sigla ganha e mais candidatos da lista entram para o Congresso.

No entanto, no Peru existe ainda um mecanismo chamado de voto preferencial. Com ele, o eleitor pode escolher o número de um candidato de sua preferência dentro da chapa na qual está votando. Se esse candidato obtiver uma quantidade expressiva de votos, ele pode passar a frente de outros na lista e conseguir uma cadeira no Congresso, mesmo estando em uma colocação inferior. Por exemplo, um partido que obteve oito cadeiras no Congresso, o candidato de número 23 pode ser eleito através do voto preferencial. Do contrário ele só entraria se a sua legenda obtivesse 23 cadeiras ou mais.

O Poder Legislativo no Peru é unicameral, formado apenas pelo Congresso Nacional, que possui 130 cadeiras, divididas por regiões, de acordo com a população de cada uma delas. O Congresso possui três funções principais: legislativa e de controle político, além de uma terceira, denominada funções especiais. A primeira, se refere ao debate, à formulação e à aprovação de normas, reformas, inclusive àquelas modificações que afetem a Constituição Política do país. A segunda, envolve o debate, a fiscalização e a realização de investigações acerca da conduta política do governo e da utilização dos bens públicos. E, por fim, a terceira função diz respeito à designação do Controlador Geral da República, e dos membros do Tribunal Constitucional e do diretório do Banco Central (BC). Os congressistas também devem ratificar a escolha do Presidente do BC. Questões centrais para a população, como a aprovação do Orçamento também são de responsabilidade do Poder Legislativo. O Poder Executivo deve enviar o projeto de lei do Orçamento para a Comissão de Orçamento do Congresso da República para ser analisado. Depois dessa etapa, o projeto de lei é enviado para o Legislativo para ser votado. O Congresso no Peru não tem poder de criar nem aumentar os gastos do Orçamento, exceto no que diz

respeito ao orçamento do seu próprio órgão. Dessa forma, cabe ao legislativo apenas aprovar ou não o projeto de lei que institui o cálculo dos gastos governamentais daquele ano.

Para as eleições desse ano, os dados do Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE, na sigla em espanhol) ainda são parciais. De maneira similar ao resultado das eleições de 2006, nenhum partido ou coligação conseguiu formar maioria dentro do Congresso Nacional peruano. Segundo dados da pesquisa de contagem rápida de votos realizada pela América TV e pela empresa Ipsos Apoyo, a coligação GP, do líder nacionalista Ollanta Humala, e o partido Força 2011, da candidata a presidente Keiko Fujimori, obteriam respectivamente 24,7% e 23% dos votos válidos.

Essa porcentagem garantiria 46 cadeiras à coligação GP e 38 cadeiras ao partido Força 2011, das 130 disponíveis no Congresso Nacional do Peru. O partido PP, do candidato Alejandro Toledo, obteria 14,9% dos votos e 21 cadeiras, enquanto a coligação APGC, do candidato Pedro Pablo Kuczynski, constituiria a preferência de 14,8% dos eleitores e obteria 12 cadeiras. Os candidatos da coligação SN ocupariam nove cadeiras no Congresso, já que obteriam 10,3% dos votos. O último partido a

ultrapassar o mínimo de 5% dos votos válidos nacionais e conseguir uma representação no Poder Legislativo seria o Apra, do atual presidente Alan García, com 6,3% dos votos, o que lhe garantiria quatro cadeiras.

Apesar dos dados da ONPE não serem definitivos eles apontam a vitória do GP em treze regiões, a maioria localizada no sul e centro do país. O partido Força 2011 lidera a contagem de votos nas eleições legislativas em oito regiões, a maioria localizada no noroeste do Peru. A coligação AGCP ganharia apenas em Lima enquanto o PP seria o vencedor nas regiões de Tumbes e Loreto, ambas no norte do país.

Já para o Parlamento Andino, o Peru elege cinco parlamentares e dez suplentes. Este órgão não possui a função de legislar, somente discute e formula recomendações e sugestões aos países pertencentes à Comunidade Andina de Nações (CAN), principalmente em assuntos de integração regional. As eleições para esse órgão não costumam receber muito destaque, em parte pela falta de divulgação e esclarecimento, por parte do poder público, sobre a importância e as funções desse fórum.

Segundo os dados, também parciais, do ONPE, com 70% dos votos computados, a coligação GP liderava a

contagem de votos nas eleições para o Parlamento Andino, com 17,63% dos votos. O partido Força 2011 figurava em segundo lugar com 14,26% dos votos. Em seguida aparece o partido PP, com 9,18%; a coligação APCG, com 8,2%; a coligação SN, com 5,58%; e o Apra, com 3,99% dos votos emitidos. Os votos em branco ou nulos representariam 37,9% do total de votos computados até o momento.

No que diz respeito ao pleito presidencial, dez foram os candidatos que disputaram as eleições de 2011: Ollanta Humala Tasso, da coligação Ganha Peru (GP), José Ñique de La Puente, do Partido Fonavistas do Peru (FP), Keiko Fujimori Higushi, do partido Força 2011, Alejandro Toledo Manrique, do partido Peru Possível (PP), Ricardo Noriega, do partido Despertar Nacional (DN), Pedro Pablo Kuczynski Godard, da coligação Aliança pela Grande Mudança (APGC), Luis Castañeda Lossio Solidaridade Nacional (SN), Juliana Reymer Rodríguez, do partido Força Nacional (FN), Rafael Belaunde Aubry, do partido Adiante e Humberto Pinazo, do partido Juste. Dentre estes, os únicos com votação expressiva o suficiente para aparecer nas pesquisas de opinião eram Toledo, Castañeda, Fujimori, Humala e Kuczynski. Além disso, os cinco são

candidatos pelos partidos de maior expressão nacional.

Alejandro Toledo pertence ao PP e já foi presidente do país entre os anos de 2001 e 2006. Em 2004, Toledo viu seu nível de aprovação cair até a marca de 6%. Entretanto, já no final de seu governo, em 2006, conseguiu recuperar-se e terminou seu mandato com 47% de aprovação na capital. Toledo ganhou apoio popular para sua eleição em 2001, ressaltando sua origem andina e pobre, mas que conseguiu melhorar de vida (COTLER, 2009, p.181). Com uma equipe onde 90% já trabalhou no governo, o candidato transmite uma imagem de experiência. Toledo disse que buscará fazer com que a "bonança econômica" chegue também aos mais pobres. Afirmado possuir uma equipe com visão de longo prazo, o candidato declarou que iria trabalhar para melhorar os salários e os indicadores sociais como um todo, além de buscar avançar na reforma do Estado e no controle da corrupção.

Luis Lossio Castañeda é ex-prefeito de Lima e foi o candidato à presidência preferido pelos cidadãos na maioria das pesquisas de opinião até novembro de 2010. De acordo com uma pesquisa realizada pela Ipsos Apoyo em janeiro de 2011, em caso de segundo turno, Castañeda só perderia para Toledo, ganhando de

Humala e Fujimori⁴. Membro do SN, partido de centro-direita, Castañeda tem sua proposta de governo centrada na eliminação da pobreza. Além disso, afirma que irá duplicar o orçamento da educação, passando de 3,5% para 7% do PIB. Recentemente envolvido em um escândalo de corrupção na prefeitura de Lima e denúncias envolvendo o financiamento de sua campanha, Castañeda caiu para o quarto lugar nas pesquisas realizadas em março de 2011.

Keiko Fujimori é filha do ex-presidente Alberto Fujimori e lidera a aliança pró-fujimori no país. A candidata afirmou que daria o perdão presidencial para seu pai caso fosse eleita presidente, mas depois voltou atrás. Ao mesmo tempo que busca demonstrar que pretende respeitar as normas democráticas, Fujimori não logrou fugir completamente do fantasma de seu pai. Com uma imagem de "linha dura" no âmbito da política de segurança, ela era uma das primeiras nas pesquisas de intenção de voto até o final de 2010. Até março de 2011, a sua porcentagem de intenções de votos se manteve estável sem, todavia, deixar de ficar entre os primeiros lugares. Cercada de pessoas ligadas à ditadura de seu

pai e por denúncias de corrupção, a sua alta popularidade mostra que ainda existe um grupo de apoio forte ao fujimorismo dentro do Peru. Ainda de acordo com a pesquisa de opinião da Ipsos Apoyo citada acima, Fujimori foi eleito o melhor presidente que o Peru teve nos últimos vinte anos com 36%.

Ollanta Humala, apesar das aparências, não tem ascendência indígena nem camponesa (MIRELES, p.2). Apoiado por Evo Morales, quase ganhou as eleições presidenciais de 2006. Frequentemente critica o alto nível de corrupção no país, prometendo, caso eleito, uma solução para esse problema. Crítico também da ortodoxia liberal de Toledo e García, é um dos maiores defensores do aumento das taxas pagas pelas empresas mineradoras no país⁵. Para Pedro Mireles (p.4-5), Humala é uma mistura de nacionalismo militar autoritário dos anos 1970 e outsider dos anos 1990. Outsider se refere a uma figura não conhecida no cenário político peruano, como foi o caso de Alberto Fujimori, que foi eleito em 1990 sem nunca ter exercido um cargo público anterior. Identificado como o candidato anti-sistema, costuma atrair um grupo de eleitores

⁴ IPSOS APOYO. Toledo adelante. *Opinión Data*. Ano 11, nº 132, 17 jan. 2011. Disponível em: http://www.ipsos-apoyo.com.pe/sites/default/files/opinion_data/toledo-adelante.pdf. Acesso em 18 mar. 2011.

⁵ O aumento das taxas pagas pelas mineradoras ao governo é uma promessa de García que não se concretizou. Além da discussão sobre o pagamento ou não, discute-se a divisão desses montantes pagos entre as regiões e o governo central.

descontente e decepcionada com os políticos e os partidos. No entanto, o Humala de 2011 possui um discurso mais moderado, afirmando que respeitará os acordos assinados pelo Peru.

Pedro Pablo Kuczynski (PKK) foi ministro da Economia e Finanças e primeiro-ministro durante o governo de Alejandro Toledo. Conhecido como um dos economistas que pensaram a implantação do neo-liberalismo no Peru e também na América Latina, foi responsável por manter uma política macroeconômica "saudável", mas que aumentou a pobreza no país (VECCHIONE, 2005). Membro do Partido Popular Cristão (PPC), PKK não vinha alcançado bons índices nas pesquisas de intenção de voto até março de 2011.

No dia 02 de novembro de 2010, o Apra lançou a ex-ministra da Economia e Finanças, Mercedes Araóz, como pré-candidata do partido nas eleições presidenciais do ano seguinte. Com a popularidade de Alan García e do Apra em baixa⁶, a escolha de Araóz, que não era filiada a nenhuma sigla foi tida como uma tentativa de dar a candidatura um ar mais independente, mais ligada a gestão que ao partido. A escolha de

uma mulher como candidata também foi entendida como uma decisão estratégica do Apra. A imagem masculina no Peru está muito ligada à corrupção.

Entretanto, em 16 de janeiro de 2011 Araóz renunciou a sua candidatura. A ex-ministra da Economia justificou sua renúncia pelas desavenças em relação à lista de candidatos que concorreria ao Congresso pelo Apra. Ela se opôs a candidatura de Jorge del Castillo devido aos processos que correm contra ele na Justiça, envolvido em escândalos sobre a licitação de lotes petrolíferos em 2008. Para alguns analistas políticos, o conflito com del Castillo pode ter sido usado como forma de escapar intacta de uma campanha que, até aquele momento, não havia decolado. As pesquisas de opinião não mostravam avanços nas intenções de voto para Araóz desde que esta foi anunciada como candidata. Em média ela tinha a preferência de 4% ou 5% dos entrevistados. Com a renúncia de Araóz, o partido do presidente Alan Garcia não teve candidato nas eleições presidenciais de 2011 e nem apoiou abertamente nenhum outro postulante.

Em meados de 2010, quando ainda não haviam sido definidos oficialmente os candidatos presidenciais, Castañeda e Fujimori

⁶ De acordo com uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto de Opinião Pública da Universidade Católica do Peru em março de 2011, 69% dos peruanos desaprovam a gestão de Alan García.

lideravam as pesquisas de opinião com 22% e 18% respectivamente⁷. Entretanto, com o anúncio oficial dos postulantes a presidente entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011, Toledo assumiu o primeiro lugar nas pesquisas. Em janeiro, em um estudo realizado pela empresa Ipsos Apoyo, Toledo liderava as intenções de voto com 27%, seguido por Fujimori com 22%, Castañeda com 19%, Humala com 10%, PPK com 5% e Araóz com 4%. Em março, as pesquisas apontaram um expressivo crescimento de Humala e PPK. O Instituto de Opinião Pública da PUC-Peru mostrou um aumento de 4% das intenções de voto de Humala, que passou de 11,5% em janeiro para 15,5%. Já PPK, alcançou 10,5% das intenções de voto, o dobro do que possuía na pesquisa anterior. Essa mudança na configuração do cenário eleitoral tornou o resultado do primeiro turno imprevisível, visto que, 15 dias antes da data das eleições, a diferença entre o primeiro e o quinto colocados era de menos de 4 pontos percentuais segundo uma pesquisa da empresa Datum Internacional. Já no final de março, Humala passou a liderar as pesquisas de opinião, seguido por Fujimori, Toledo, PPK e Castañeda.

⁷ "Lourdes se afianza y Keiko avanza". *Opinión Data*. Ano 10, nº 125, 21 jun. 2010. Disponível em: http://www.ipsos-apoyo.com.pe/sites/default/files/opinion_data/Opinion%20Data%20Junio%202010.pdf. Acesso em: 18 mar. 2011.

Finalmente, no dia 10 de abril de 2011, a tendência apontada pelas pesquisas eleitorais se confirmou e nenhum candidato conseguiu a maioria simples dos votos, o que significa que haverá segundo turno. Com 99% dos votos válidos computados, Ollanta Humala obteve a preferência de 31,71% dos eleitores, seguido por Keiko Fujimori, 23,54%; PPK, 18,52%; Alejandro Toledo, 15,62%; e Luis Castañeda, 9,82%. No dia 5 de junho os peruanos voltarão às urnas para escolher entre Humala e Fujimori.

Referências bibliográficas:

COTLER, Julio. O paradoxo peruano: crescimento econômico e desaprovação política. *Diplomacia, Estrategia e Política*, n. 9, jan/março 2009.

INSTITUTO DE OPINIÓN PÚBLICA PUC-PERU. Aprobación presidencial, municipal y de instituciones. *Encuesta Nacional Urbana Rural*. Ano VI, mar. 2011. Acesso em: 23 mar. 2011.

IPSOS APOYO. Lourdes se afianza y Keiko avanza. *Opinión Data*. Ano 10, nº 125, 21 jun. 2010. Acesso em: 18 mar. 2011.

IPSOS APOYO. Toledo adelante. *Opinión Data*. Ano 11, nº 132, 17 jan. 2011. Acesso em 18 mar. 2011.

MIRELES, Pedro David Montes. Eleições no Peru e os rumos da esquerda na América

Latina. *Artigos OPSA*. Acesso em: 26 mar. 2011.

VECCHIONE, Marcela. Crise no Peru. *Artigos OPSA*, 2005. Acesso em 27 jan. 2011.

Outras fontes:

Observatório Político Sul-Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/banco.php>.

Painéis – fevereiro e março de 2011*

Argentina: Dilma Rousseff faz visita oficial a Buenos Aires.

31/01 – A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, recebeu em visita oficial a mandatária do Brasil, Dilma Rousseff, na Casa Rosada. Ambas as presidentes chamaram atenção para a relação estratégica existente entre Argentina e Brasil, e para a necessidade do aprofundamento da integração, de modo que o século XXI seja um século de desenvolvimento na América Latina, segundo palavras de Rousseff. Nos encontros estabelecidos, e que contaram também com a presença de ministros dos dois países, foram assinados 14 acordos bilaterais, dentre eles os de promoção comercial conjunta, construção de dois reatores nucleares para fins de pesquisa, planos conjuntos de habitações e planejamento urbano, projeto de construção de uma ponte internacional sobre o Rio Pepiri-Guazú, e o acordo de intercâmbio de energia elétrica, produção e uso de bioenergia e biocombustíveis e declaração de igualdade de gênero. O tema do comércio foi o mais sensível na pauta de discussão de Kirchner e Rousseff, uma vez que a presidente argentina chamou atenção para o desequilíbrio comercial existente entre os dois países.

Argentina: Ministro da Economia se encontra com seu par brasileiro.

11/02 – O ministro da Economia da Argentina, Amado Boudou, se encontrou com seu par brasileiro, Guido Mantega, em São Paulo. No encontro, os dois ministros acordaram em continuar, em 2011, com o fortalecimento dos laços comerciais, de modo a ampliar o uso de suas moedas locais em intercâmbios bilaterais. Boudou afirmou que tal iniciativa permitirá a redução do efeito dos fluxos internacionais sobre as economias de Argentina e Brasil, e que comércio e emprego seriam incrementados. Ambos os ministros declararam, também, que o ambiente construído nos últimos anos foi de integração, e que a possibilidade de exploração das potencialidades dos dois países é grande. Boudou, além disso, assegurou que Brasil e Argentina continuarão com posições comuns no âmbito do G-20 da OMC, em particular na questão das commodities, já que os dois países defendem a não restrição a esse tipo de mercado. Boudou ainda afirmou que o fato de Argentina estar à frente do G-77 em 2011 e Brasil pertencer ao grupo BRIC faz com que a posição de ambos seja fortalecida e que tenham ferramentas político-econômicas suficientes para serem apresentadas nas discussões em foros internacionais.

Argentina: Ministra suspende treinamento de forças de segurança no exterior.

18/02 – A ministra da Segurança da Argentina, Nilda Garré, suspendeu todas as viagens feitas por forças policiais nacionais ao exterior. Tal proibição atinge, diretamente, Polícia Federal, Gendarmeria e Polícia de Segurança Aeroportuária, que buscavam cursos de capacitação em outros países. Garré informou que permissões serão dadas apenas após revisão do conteúdo, de países e organismos oferecedores de cursos, e do financiamento. A medida da ministra foi anunciada após incidente ocorrido em 11/02, em que materiais não autorizados chegaram à Argentina, por meio de oficiais norte-americanos, que ingressaram ao país com o objetivo de treinar tropas do Grupo Especial de Operações Federais argentino. O chanceler argentino, Héctor Timerman, enviou nota formal de protesto aos EUA em 14/02, afirmando que foram encontrados equipamentos de GPS e de interceptação de comunicação, armamento, medicamentos vencidos, psicotrópicos e manuais operativos em diversos idiomas, todos fora da lista dos produtos autorizados pelo órgão aduaneiro argentino e pelo Ministério da Segurança. Timerman informou que

* Durante o mês de janeiro não foram publicados painéis, em decorrência do período de férias do Observatório. Os eventos políticos mais relevantes desse mês podem ser acessados através do *Banco de Eventos OPSA* em: www.opsa.com.br/banco.php.

o material confiscado não será devolvido aos EUA, mesmo com os freqüentes pedidos de devolução, até que investigações sejam concluídas.

Argentina: Kirchner dissolve órgão responsável por subsídios agropecuários.

25/02 – A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, dissolveu, por decreto, o Escritório Nacional de Controle Comercial Agropecuário (Oncca, na sigla em espanhol), responsável por oferecer subsídios a este setor. Para substituí-lo, os ministros da Economia, Amado Boudou, da Agricultura, Julián Domínguez, e da Indústria, Debora Giorgi, anunciaram a criação da Unidade de Coordenação e Avaliação dos Subsídios ao Consumo, ligada ao governo. Este órgão se encarregará, segundo Boudou, de assegurar o abastecimento alimentar interno, aumentar a oferta agropecuária no país e promover o desenvolvimento equilibrado do setor. O Oncca começou a operar em 1996, e teve, durante os governos Kirchner, sua importância aumentada. Seu auge foi em 2007, quando passou a oferecer subsídios ao consumo interno de farinhas, pães, lácteos, frangos, carnes e azeites. No entanto, o forte crescimento do montante destinado aos subsídios gerou denúncias sobre supostas irregularidades com o pagamento de compensações envolvendo suas gestões. Em 2009, o Ministério da Agricultura retomou o controle do organismo, exigindo maior transparência nos gastos. Porém, opositores ao governo exigiram investigações sobre os supostos desvios de verba.

Argentina: Senado aprova lei de exploração de hidrocarbonetos.

16/03 – O Senado da Argentina aprovou, por unanimidade, uma lei de exploração de hidrocarbonetos na plataforma continental do país, esta incluindo o território das Ilhas Malvinas. Esta lei, aprovada pela Câmara dos Deputados em junho de 2010, prevê que qualquer pessoa física ou jurídica que deseja participar da busca e exploração na área deve obter, junto à Secretaria de Energia, uma autorização para tal fim. Empresas nacionais ou estrangeiras que trabalham indiretamente com a exploração, como as de consultoria, de operações financeiras e de logística, também estão incluídas na nova lei, que sancionará as infrações com invalidação de licenças já autorizadas e impedimento de operações no país por um tempo entre cinco e 20 anos. Outras autoridades nacionais, provinciais ou municipais também serão impedidas de contratar serviços ou ter atividades comerciais e financeiras com quem não cumprir as normas estipuladas na nova lei. Nesse contexto, o governo argentino quer deixar de incentivar e até impedir que empresas presentes no país apoiem a exploração de hidrocarbonetos nas Malvinas, como forma de forçar o Reino Unido a negociar a questão das ilhas.

Argentina: Kirchner lidera em pesquisa com pré-candidatos à presidência.

27/03 – A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, lidera as preferências de intenção de voto ao cargo mais importante do país. Foi o que mostraram duas pesquisas realizadas pelas empresas Analogias e Opinião Pública, Serviços e Mercados (OPSM), com os pré-candidatos à Presidência da República, na cidade de Buenos Aires. De acordo com a média dos 800 potenciais eleitores entrevistados, a mandatária argentina tem pouco mais de 37% das intenções de voto na capital federal. O prefeito de Buenos Aires, Maurício Macri, perde para a presidente em sua própria cidade; e aparece em segundo lugar nas intenções de voto, com apenas 14,4%. Em terceiro estão empatados os deputados federais Ricardo Alfonsín, filho do ex-presidente Raúl Alfonsín, e Fernando Pino Solanas, ambos com 7,8%. Também figuram na lista o ex-presidente argentino Eduardo Duhalde e o vice de Kirchner no governo, Julio Cobos, somando, respectivamente, 7,2% e 3,7% das intenções de voto. Eleitores indecisos, que votarão em branco ou impugnarão, e

que não pretendem votar nas eleições presidenciais, que ocorrerão em outubro de 2011, não ultrapassam os 6%.

Bolívia: Morales ameaça retirar país da convenção internacional de combate às drogas.

31/01 – O presidente da Bolívia, Evo Morales, ameaçou retirar o país da Convenção de Viena de Combate aos Estupefacientes de 1961 diante da possível manutenção da proibição dos usos tradicionais da folha de coca. O governo havia solicitado a exclusão da coca em forma natural da lista de substâncias proibidas durante a 52ª Reunião da Junta Internacional de Fiscalização de Estupefacientes em 11/03/2009 e o órgão aceitou iniciar a discussão da proposta de emenda à convenção no dia 30/07. Para ser acatada a proposta precisaria do apoio unânime dos países membros do Conselho Econômico e Social da ONU (Ecosoc), mas 16 países, incluindo os EUA, anunciaram sua oposição. Com isso, o Ecosoc, cuja próxima reunião deverá ocorrer em 14/02, pode decidir entre o arquivamento do pedido e a convocação de uma conferência internacional para debater o assunto. Morales declarou que se o órgão rechaça o pedido, a Bolívia deixaria de fazer parte do acordo internacional, pois não poderia concordar com a proibição aos usos tradicionais da coca cuja erradicação o tratado prevê para 2011. Caso se confirme, seria o primeiro país a abandonar a convenção.

Bolívia: Morales nomeia primeiro Procurador Geral do Estado.

07/02 – O presidente da Bolívia, Evo Morales, nomeou Hugo Montero Lara para a Procuradoria Geral do Estado (PGE). O órgão, cuja criação fora estabelecida na nova Constituição Política do Estado de 2009, deverá ser sediado na cidade de El Alto e passa a substituir o Ministério de Defesa Legal do Estado (MDLE) criado por Morales em 2008 e cujas funções são análogas à Advocacia Geral da União brasileira. Durante a cerimônia de nomeação, que contou ainda com a presença do atual presidente da Câmara de Deputados e ex-ministro do MDLE, Hector Arce, o presidente Morales ressaltou que a Bolívia era o último país da região a contar com um órgão dessa natureza e que os governos anteriores não se preocuparam com a defesa do patrimônio do Estado boliviano. Morales disse ainda que a nomeação constituía um feito histórico no país. Hugo Montero, que passa a ser a primeira pessoa a ocupar o novo cargo constitucional, já havia ocupado no governo os cargos de vice-ministro de Justiça e Direitos Fundamentais e vice-ministro de Luta Contra a Corrupção. Ele declarou que seu cargo tem competência para atuar em qualquer caso judicial que envolva interesses do Estado.

Bolívia: Morales anuncia criação de Ministério das Comunicações e troca outros dois ministros.

15/02 – O presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou a criação do Ministério das Comunicações (MC) e indicou para o cargo o até então porta-voz do governo, Ivan Canelas. Morales anunciou também a saída dos ministros do Trabalho e da Cultura, Carmen Trujillo e Zulma Yugar, respectivamente, e sua substituição por Félix Rojas e Elizabeth Salguero. O MC existira na Bolívia até 2002, quando foi extinto pelo então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, que o substituiu pelo cargo de porta-voz. Com a recriação, o ministério passa a ficar responsável por centralizar a informação gerada pelos ministérios e empresas estatais estratégicas e as agências oficiais de informação do governo, como o canal Bolívia TV, a rádio pública Illimani, o jornal Cambio e a Agência Boliviana de Informação. Parlamentares da oposição acusaram o governo de tentar, com o ministério, melhorar através de propaganda a imagem afetada pelos recentes aumentos nos preços dos alimentos e produtos básicos. A oposição afirma ainda que o governo estaria preparando uma nova lei de comunicações com o objetivo de controlar a informação. O ministro Canelas negou

que a função do ministério fosse propagandística e o presidente da Câmara, Hector Arce, negou qualquer intenção de aprovar nova lei comunicativa.

Bolívia: Morales recebe vice-ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão em seminário sobre desenvolvimento de setores estratégicos.

24/02 – O presidente da Bolívia, Evo Morales, recebeu em La Paz o vice-ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Kaname Tajima, durante o seminário “Desenvolvimento de Setores Estratégicos na Bolívia”. O seminário, promovido pela Embaixada do Japão, tem como um de seus objetivos discutir a cooperação para o desenvolvimento da indústria do lítio na Bolívia e sua realização foi acordada durante a visita de Morales a Tóquio em dezembro de 2010, quando o país obteve também um crédito para a exploração de energia geotérmica no departamento de Potosí. A Bolívia possui reservas de lítio estimadas em metade do total mundial e vem desenvolvendo um projeto-piloto estatal de obtenção de carbonato de lítio previsto para ingressar em escala industrial em setembro de 2011. O país vem, no entanto, buscando parceiros internacionais para as fases posteriores de industrialização do recurso, enfatizando que não deseja exportar a matéria-prima bruta, mas sim agregar valor e tecnologia em solo boliviano. Morales exortou os empresários japoneses presentes no seminário a investir em fábricas de bateria de lítio na Bolívia.

Bolívia: Cochabamba recebe III Reunião do Conselho Ministerial da Área Social da Alba.

19/03 – A cidade de Cochabamba foi sede da III Reunião do Conselho Ministerial da Área Social da Aliança Bolivariana os Povos da Nossa América (Alba), que reúne os ministros da Educação, Saúde, Trabalho e Obras Públicas dos oito países que compõem o bloco. A reunião foi aberta por um discurso do presidente da Bolívia, Evo Morales, que declarou que os países da Alba deveriam se constituir em exemplos para o mundo e atacou setores da mídia boliviana a quem qualificou como opositores, chamando a fortalecer a rede pública regional de telecomunicações. A reunião foi presidida pelo ministro do Trabalho da Bolívia, Félix Rojas, e decidiu pela unificação dos currículos educativos dos membros do bloco, pelo reconhecimento mútuo dos títulos profissionais e diplomas universitários de seus cidadãos, pela construção de uma fábrica de medicamentos através das Empresas Grã-Nacionais Albamed e Albafarma, pela formação da Empresa Grã-Nacional de Ciência e Tecnologia Albatel e pela realização de jogos desportivos universitários do bloco. De acordo com Amenothep Zambrano, secretário-executivo da Alba, o cronograma de implantação dos convênios será definido na próxima cúpula presidencial a ser realizada no início de abril em Caracas.

Bolívia: Morales anuncia que fará demanda internacional por mar contra Chile.

23/03 – Em discurso durante celebração do feriado do Dia do Mar, o presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou a intenção do país de apresentar demanda a foros internacionais pela restituição de acesso soberano ao litoral perdido para o Chile durante a Guerra do Pacífico no fim do século XIX. Morales anunciou que criaria a Direção Geral de Reivindicação Marítima, órgão responsável por elaborar argumentos jurídicos para a demanda e solicitou ao congresso aprovar instrumentos legais que permitam que ela seja levada adiante. O presidente ressaltou que a decisão não implicava abandonar o diálogo e a negociação bilateral com o Chile sobre o assunto, mantendo-se vigente, portanto, a chamada Agenda dos 13 pontos que inclui a demanda boliviana por mar e que vem sendo negociada desde 2006. O chanceler chileno, Alfredo Moreno, por sua vez, declarou que a demanda internacional por parte da Bolívia seria inaceitável para seu país e que o

presidente Morales deveria escolher se quer seguir o caminho do diálogo bilateral ou do litígio. No dia 25/03, a Câmara de Deputados da Bolívia aprovou o Tratado de Bogotá de 1948 que regulamenta o acesso à Corte Internacional de Haia.

Brasil: Presidente Dilma pede união para acabar com a miséria em sua primeira mensagem ao Congresso.

02/02 – A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, entregou ao Congresso Nacional sua primeira mensagem presidencial, um documento de 400 páginas nas quais estão contidas um balanço dos mandatos do presidente Lula e também as prioridades do novo governo. Em discurso no plenário da Câmara, que resume o texto, a mandatária pregou uma “parceria em favor do Brasil” entre os três poderes e a sociedade civil no sentido de erradicar a miséria do país até 2016. A ida da presidente ao Legislativo ocorreu um dia após a vitória dos candidatos da base do governo para a presidência das duas casas do Congresso. No Senado Federal foi eleito o senador José Sarney, do PMDB; e o deputado federal pelo PT Marcos Maia comandará a Câmara dos Deputados. Em sua fala Rousseff enfatizou as prioridades legislativas do seu primeiro ano de mandato, como a reforma política, o combate às grandes catástrofes naturais e a elaboração de uma política de valorização real do valor do salário mínimo em longo prazo. A presidente aproveitou a solenidade para reiterar que o combate à inflação é prioridade do seu governo, bem como melhorar a saúde e a educação no Brasil.

Brasil: Governo anuncia corte no orçamento de 2011.

09/02 – O Ministro da Fazenda do Brasil, Guido Mantega, anunciou que o executivo contingenciará R\$ 50 bilhões do orçamento aprovado pelo legislativo para o ano de 2011. A Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, prometeu detalhar quais áreas sofrerão mais cortes nas próximas semanas, mas adiantou que metade deste valor será retirado das emendas parlamentares. O governo justificou a ação pelo combate à inflação, pois com menos dinheiro circulando na economia é mais seguro controlar os preços sem a necessidade de aumentar os juros e pela necessidade de garantir o equilíbrio das contas públicas. A presidente Dilma Rousseff garantiu que os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos programas sociais, como o bolsa família, não sofrerão nenhuma limitação. Tanto os líderes dos partidos da base do governo quanto os da oposição, bem como os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados apoiaram o esforço fiscal, mas questionaram o fato de que o maior peso recaia sobre o Congresso. Mesmo com os cortes anunciados o cumprimento da meta do superávit primário deste ano não está garantido.

Brasil: Câmara dos Deputados aprova proposta de salário mínimo do governo Dilma.

16/02 – A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, conseguiu sua primeira vitória política ao aprovar integralmente o projeto de lei enviado à Câmara dos Deputados que estabelece uma política pública de aumento para o salário mínimo até 2014. A nova lei estabeleceu uma regra na qual o reajuste do salário mínimo será calculado pela inflação do ano anterior mais o crescimento do PIB de dois anos anteriores. Segundo o governo este critério permite não apenas repor as perdas salariais como também possibilita que os trabalhadores que estão na base da atividade econômica sejam diretamente beneficiados pelo crescimento econômico. Para o ano de 2011 a lei definiu o valor de R\$ 545, contra R\$510 em 2010. Este valor gerou resistências da oposição, que apresentou na Câmara Federal propostas de R\$ 560, proposta derrotada por 321 votos a 120, com 11 abstenções, e R\$ 600, valor que obteve 107 votos contra 376 a favor da proposta do governo e 7 abstenções. As centrais sindicais criticaram a proposta do governo, tentando negociar uma proposta que

chegava a R\$ 580. Pela nova lei o valor do salário mínimo chegará a R\$620 reais em 2012. O texto segue para tramitação no Senado Federal.

Brasil: Chanceler Antonio Patriota faz reunião bilateral com EUA em Washington.

24/02 – O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, realizou uma viagem aos EUA para preparar, em conjunto com a diplomacia do país norte-americano, a visita que o presidente Barack Obama fará à presidente Dilma Rousseff em março. O chanceler brasileiro se encontrou com a secretária de Estado norte-americana, Hilary Clinton. Os presidentes de ambos os países manifestaram publicamente o desejo de que esta visita produza resultados concretos. Os EUA apresentaram como prioridade o tema dos direitos humanos e a parceria na área de energia, tanto no âmbito das fontes renováveis, que contribuem para diminuir o aquecimento global, como naquela de combustíveis fósseis, área na qual o Brasil está em evidência com a descoberta das reservas do pré-sal. Já o Brasil pretende priorizar compromissos conjuntos a favor da reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente no que tange ao Conselho de Segurança, órgão central na estrutura do organismo internacional. O Brasil pleiteia uma vaga permanente neste conselho. A situação política do Oriente Médio e do Haiti também foram abordadas.

Brasil: Dilma recebe presidente Obama e assina 10 acordos bilaterais com EUA.

19/03 – A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, recebeu em Brasília o presidente dos EUA, Barack Obama, que fez sua primeira viagem ao país. Os mandatários aproveitaram o encontro e assinaram dez acordos bilaterais de cooperação em diferentes áreas como comércio, no qual foi criada a Comissão Brasil - Estados Unidos para Relações Econômicas e Comerciais cujo objetivo é energia, tanto na área do petróleo, pois os EUA se interessam pelo pré-sal brasileiro, quanto no tema do etanol, onde o Brasil pretende derrubar as sobretaxas dos EUA, infra-estrutura, cooperação espacial, educação, entre outras. Um acordo específico sobre a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 foi firmado para que o Brasil receba auxílio dos EUA na organização de grandes eventos esportivos. No discurso oficial do encontro entre os dois presidentes, Obama declarou “apreço” ao pleito brasileiro de ingressar de forma permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Já Dilma cobrou reformas em todos os organismos internacionais de modo a melhor representar a realidade mundial do século XXI.

Brasil: Supremo Tribunal Federal decide que lei da Ficha Limpa só vale para as eleições de 2012.

23/03 – Por seis votos a cinco o Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil decidiu que a Lei da Ficha Limpa, que fixou novas regras sobre inelegibilidade, terá validade apenas a partir das eleições municipais de 2012. O argumento da maioria dos membros da corte consiste no fato de que a constituição brasileira só permite mudanças nas regras eleitorais com um ano de antecedência em relação aos processos eleitorais, ao passo que a lei da Ficha Limpa foi sancionada pelo presidente Lula em 4 de junho de 2010, apenas quatro meses antes do pleito de outubro de 2010. A lei da Ficha Limpa torna inelegível para qualquer cargo público quem possuir uma condenação judicial em órgão colegiado. A lei se originou em um projeto de lei popular que reuniu cerca de dois milhões de assinaturas e quando chegou ao Congresso Nacional foi apoiada por todos os partidos. Os Tribunais Regionais Eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral barraram 110 candidatos às eleições passadas. Ao STF coube julgar os recursos dos candidatos que se sentiram

prejudicados. Estima-se que com a nova decisão o resultado eleitoral deva ser alterado em 24 estados da federação.

Chile: Aprovação de Piñera recua em pesquisa de opinião.

01/02 – Em pesquisa divulgada pelo Instituto Adimark, o presidente do Chile, Sebastian Piñera, registrou os índices mais baixos de aprovação desde o início de seu mandato. Pela primeira vez, o índice de reprovação superou a taxa de aprovação do presidente. Enquanto o percentual de entrevistados que avalia Piñera negativamente subiu de 43% para 46%, na comparação entre as pesquisas mais recentes, aqueles que avaliam o presidente de maneira positiva recuaram de 47% para 41%. Depois de um pico de popularidade alcançado com o resgate dos 33 mineiros de Copiapó, em outubro de 2010, a aprovação popular do presidente vem apresentando uma tendência de queda nas pesquisas Adimark. Segundo o relatório do instituto de pesquisa, a crise na sucessão da Associação Nacional de Futebol Profissional (ANFP), como consequência da intervenção do presidente, foi o primeiro evento a contribuir para a queda na aprovação de Piñera. A elevação dos preços de gás na região de Magallanes e a reforma ministerial que se seguiu também contribuíram para os índices apresentados. Lideranças da Alianza afirmam que o Executivo prepara para março uma ofensiva para reconquistar a aprovação popular.

Chile: Governo emite decreto de racionamento preventivo de energia para evitar apagões.

09/02 – O presidente do Chile, Sebastian Piñera, e o ministro de Minas e de Energia, Laurence Golborne, anunciaram a emissão de um decreto que possibilita ao poder executivo a adoção de medidas extraordinárias para evitar futuros cortes de energia. Piñera convocou a população a poupar eletricidade e afirmou que é necessária uma redução de 5% no consumo para que não ocorram apagões nos meses de junho e julho. A medida tem com o objetivo de prevenir um eventual colapso do sistema energético, caso as atuais secas no país tenham continuidade. Dentre as prerrogativas facultadas pelo decreto destacam-se a redução da voltagem da energia elétrica, a possibilidade de administrar os reservatórios de água e a concessão de incentivos aos consumidores que reduzirem sua demanda. Segundo especialistas ouvidos pelo jornal La Tercera, as medidas previstas pelo decreto devem aumentar em 20% os custos da energia para empresas. No entanto, as contas domiciliares devem permanecer inalteradas. Na mesma semana, a empresa MXP avançou no projeto da construção da central termoelétrica de Castilla, o maior investimento previsto na área de energia nos próximos anos.

Chile: Banco Central eleva taxa de juros.

17/02 – O Banco Central do Chile retomou a tendência de elevação da taxa de juros iniciada em meados de 2010. A decisão de subir os juros para 3,5% foi influenciada pelas projeções mais recentes da inflação, que apontam para 4% até o final do ano. Apesar do aumento, as taxas de juros do Chile permanecem menores do que a de outros países considerados emergentes, como Brasil e China. Não obstante, nos últimos 12 meses, as taxas chilenas foram as que mais subiram em nível mundial. O viés de alta adotado em 2010 tinha sido interrompido no último mês de janeiro, como forma de apoiar a intervenção cambial levada adiante pelas autoridades econômicas do país. A progressiva desvalorização do dólar vem sendo objeto de preocupação do governo chileno, que, no entanto, descarta o controle de capitais. Nesta semana, após nova apreciação do peso frente ao dólar, o ministro da Fazenda Felipe Larraín afirmou que o governo não considera a possibilidade de implementar controle de capitais. O dólar, que chegou a 498 pesos após a intervenção, flutuou na casa dos 470 pesos durante esta semana, aproximando-se

da casa dos 460 pesos que precedeu a intervenção. Ainda assim, Larraín elogiou a intervenção e ressaltou as projeções positivas para 2011.

Chile: Piñera assina projeto que cria a Agência Nacional de Emergência e Proteção Civil.

22/02 – O presidente do Chile, Sebastian Piñera, assinou o projeto de lei que cria a Agência Nacional de Emergência e Proteção Civil, cujo objetivo é modernizar e agilizar a ação do poder público em momentos de grandes catástrofes. A cerimônia foi realizada na sede do Escritório Nacional de Emergência (Onemi, na sigla em espanhol) e contou com a presença de diversos ministros de Estado. O presidente criticou o governo Bachelet e a reação do Onemi ao terremoto de fevereiro de 2010. O mandatário afirmou que irá reestruturar o escritório, que ganhará novo nome e equipamentos, dentre os quais, um centro de alerta rápido e uma rede satelital de emergências. Um protocolo para o transporte de autoridades em caso de catástrofes também foi estabelecido. O ato foi realizado na semana em que a maior tragédia natural da história chilena completa um ano. A medida adotada pelo governo foi anunciada no momento em que os esforços pela reconstrução são objeto de críticas por parte da Concertación e de movimentos sociais. Além das acusações de corrupção na distribuição de subsídios para moradia na região de Biobío, Piñera enfrentou protestos em Concepción pelo ritmo lento de reconstrução do país.

Chile: Guido Girardi assume a presidência do Senado.

15/03 – O líder do Partido por la Democracia (PPD) Guido Girardi, senador por Santiago Poniente, tomou posse como presidente do Senado do Chile, cargo que ocupará até março de 2012. A eleição foi garantida pelo apoio de todos os partidos da Concertación a sua candidatura, ainda que a Democracia Cristã (DC) tenha criticado o nome de Girardi nas semanas que antecederam a escolha. A resistência da DC tinha origem na discordância em relação aos projetos de Girardi para a Concertación, como o desejo de abrir a coalizão de partidos para o diálogo com outras forças de esquerda. O novo presidente do Senado foi um dos principais defensores da aproximação com o Partido Comunista (PC) e com Marco Enríquez-Ominami, que deixou o PS para concorrer à presidência da república como candidato independente. Segundo o jornal La Tercera, o bloco opositor considera a presidência do Senado um posto chave, já que pretende exercer um contra-peso às ações do governo a partir da instituição. Ao assumir, Girardi acenou com uma postura conciliatória, ressaltando a necessidade de trabalhar com a DC. Afirmou ainda que a oposição ao governo não será sistemática e que as reformas de interesse do povo chileno serão apreciadas.

Chile: Obama visita Santiago e discursa em favor de relações iguais na América Latina.

21/03 – O presidente dos EUA, Barack Obama, chegou à capital do Chile, Santiago, onde foi recebido pelo mandatário deste país, Sebastián Piñera. A visita foi realizada no mês em que a Aliança para o Progresso, programa de John Kennedy para a América Latina, completou cinquenta anos. Obama buscou marcar diferenças em relação àquele plano. Em discurso realizado no Palácio de governo, o mandatário estadunidense ressaltou a necessidade de construir relações entre iguais na América Latina. Apesar do tom conciliador, a fala foi criticada por diversas lideranças políticas chilenas, que esperavam o anúncio de medidas concretas. Além da oposição, membros da base aliada, como o ministro da Defesa, Andrés Allamand, e o senador da (UDI), Hernán Larraín, criticaram a insuficiência das propostas apresentadas. Os direitos humanos foram um dos pontos centrais do discurso, no qual Obama afirmou que continuaria lutando para que o povo cubano

fosse mais livre. Quando questionado sobre a possibilidade de se desculpar pelo envolvimento americano no golpe militar de 1973, Obama declarou saber da importância de recuperar o passado e colocou os EUA à disposição para contribuir com as investigações.

Colômbia: Ministro da Defesa visita EUA em busca de manutenção de ajuda para combate ao narcotráfico.

04/02 – Em visita oficial aos EUA, o ministro da Defesa da Colômbia, Rodrigo Rivera, reuniu-se com seu homólogo, Robert Gates, para discutir a manutenção dos níveis de ajuda relativos ao Plano Colômbia. Desde 2007, o país norte-americano tem reduzido os recursos destinados ao plano, porém a reconstrução de grandes áreas afetadas após a forte frente fria que castigou o país sul-americano no fim do ano passado exigirá a realocação de recursos. Caso a política norte-americana de cortes se mantenha, as contas do governo colombiano de combate ao narcotráfico sofrerão um drástico reajuste. Em janeiro, Gil Kerlikowske, diretor do Escritório Oficial de Combate às Drogas, em visita ao presidente Juan Manuel Santos teria expressado a orientação do governo dos EUA em continuar reduzindo as cifras relativas ao Plano. Pressão de setores republicanos, mudança no foco da política relativa às drogas, que passariam a dar mais atenção ao tratamento de usuários e prevenção do consumo, além da drástica redução na produção colombiana registrada nos últimos anos são argumentos do governo daquele país. Rivera declarou que, independente do que os EUA decidirem, o governo não alterará sua política no combate ao narcotráfico.

Colômbia: Suprema Corte condena ex-diretor da Promotoria de Medellín.

10/02 – A Suprema Corte da Colômbia condenou Guillermo Leon Valencio Cossio, ex-diretor da Promotoria de Medellín, por ligações com grupos paramilitares. A decisão foi baseada na documentação apresentada após investigação que contou com mais de 1.600 arquivos além de 120 gravações que comprometiam o ex-funcionário. A própria Procuradoria de Medellín solicitou a condenação de seu ex-diretor, acusado de utilizar seu cargo público para beneficiar o grupo criminal de Daniel Rendón Herrera, conhecido como Don Mario. Ocultação, supressão e destruição de documentos que comprometeriam supostos membros do grupo fazem parte do processo, além de enriquecimento ilícito. Tais benefícios teriam sido investidos para retirar do processo contra o grupo um dos acusados, John Fredy Manco Torres, conhecido como Índio. Participaram como testemunhas-chave do processo o diretor da Polícia Nacional, Oscar Naranjo, o diretor da sexta região da Polícia Metropolitana de Medellín, general Marco Pedreros, e Marilú Mendez, ex-diretora do Centro Técnico de Investigação (CTI). A Corte divulgará a pena no fim do mês e a defesa espera que os serviços prestados pela família de Cossio sejam levados em conta na decisão.

Colômbia: Farc liberam os dois últimos seqüestrados anunciados.

16/02 – As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) entregaram à ex-senadora pelo partido Pólo Democrático Alternativo Piedad Córdoba e a membros do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) os dois últimos seqüestrados que aguardavam liberação, como parte de um conjunto de ações anunciadas pelo grupo no site da agência de notícias Ancool, conhecida por veicular informes das Farc. Em 08/12, o grupo guerrilheiro declarou que libertaria cinco de seus reféns como gesto humanitário e como um ato de desaprovação à destituição da parlamentar, indiciada por manter relações com as Farc. Em 09/02, foi resgatado Marcos Barquero e dois dias depois, Armando Acuña e o infante Henry Martinez. O policial Carlos Ocampo, seqüestrado no dia 27 de dezembro de 2010, não constava na lista inicial de liberações, mas também foi solto em uma operação que aconteceu no dia

13/02. O resgate de Guillermo Solórzano e Salín Sanmiguel, que ocorreria no mesmo dia, foi cancelado, segundo o governo, porque as Farc teriam fornecido coordenadas erradas para a operação. O presidente Juan Manuel Santos chegou a cogitar o cancelamento das operações, mas voltou atrás e permitiu o resgate em respeito às famílias.

Colômbia: Mário Uribe, primo do ex-presidente Álvaro Uribe, é condenado.

22/02 – Por ligações com grupo paramilitar, a Corte Suprema de Colômbia condenou a sete anos e meio de prisão Mario Uribe Escobar, ex-presidente do Congresso da República e fundador do partido Colômbia Viva. Mario Uribe, primo do ex-presidente Álvaro Uribe, foi envolvido no escândalo da parapolítica após depoimentos de Salvatore Mancuso e Jairo Castillo, chefes do grupo paramilitar Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que confirmaram reuniões com o político para tratar de apoio mútuo. Em outubro de 2007, respondendo ao processo na Corte desde julho daquele ano, Uribe renunciou ao cargo de senador para defender-se na justiça comum. Em abril de 2008, o então promotor Mario Iguarán ordenou sua prisão, que foi efetuada depois que a embaixada da Costa Rica negou asilo a Uribe. Solto em setembro de 2009, foi preso novamente em fevereiro de 2010, dessa vez por ordem da Corte Suprema. Uma mudança na jurisprudência passou a permitir que o alto tribunal do país julgue os congressistas que renunciaram ao foro privilegiado. Na sentença, a Corte reconheceu que as provas apresentadas permitiram comprovar as acusações e condenou Mario Uribe Escobar pelo crime de conspiração a favor de grupo armado à margem da lei.

Colômbia: Senado aprova lei que permitirá a Santos reestruturar Estado.

16/03 – O Senado da Colômbia aprovou, com 65 votos a favor e 7 contra, lei que outorga poderes extraordinários ao presidente Juan Manuel Santos para criar, dividir, eliminar ou mesmo alterar a natureza jurídica de entidades em nível nacional. Entre as ações anunciadas então a recriação dos Ministérios do Trabalho, Saúde e Justiça, que haviam sido suprimidos na administração de Álvaro Uribe, além de reforma em entidades como a Direção Nacional de Estupefacientes (DNE), o Instituto Nacional Penitenciário (Inpec) e o Departamento Administrativo de Segurança (DAS). Entre os críticos do projeto, havia a preocupação quanto a uma demissão em massa dos trabalhadores vinculados a tais organismos, porém o Ministro do Interior, Germán Vargas Lleras, em nome do governo, propôs parágrafo que garanta proteção aos funcionários e, caso seja necessária a supressão de cargos, que os mesmos sejam remanejados para outros órgãos. O ministro agradeceu aos congressistas pela aprovação e garantiu que a lei permitirá ao governo corrigir o que chamou de erros da administração passada. O governo terá agora seis meses para expedir as ações com base na nova lei.

Colômbia: Juan Manuel Santos recebe Alan Garcia.

23/03 – O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, recebeu em Bogotá o presidente do Peru, Alan Garcia, em visita oficial de Estado. Após ser recebido pela Mesa Diretora e assistir a uma sessão no Congresso, Garcia reuniu-se com Santos na Casa de Nariño, sede do governo colombiano. Ao fim, divulgaram declaração conjunta em que exaltaram, entre alguns pontos, o excelente estado da relação bilateral e expressaram apoio à resolução do Conselho de Segurança da ONU quanto à situação na Líbia. O governo colombiano recebeu o apoio do país vizinho ao seu pleito para ingressar no fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês). Também avançaram as negociações acerca da Área de Integração Profunda com o intuito de promover a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre os países. Para formalizar o compromisso, os governos de Chile e México foram convidados para lançarem conjuntamente, no início de maio,

em Lima, a Folha de Rota com os objetivos pretendidos com o acordo. Após o encontro, em coletiva de imprensa, Garcia instou o congresso e governo americanos na aprovação e ratificação do TLC com a Colômbia, declarando que não apenas o vizinho, mas também os EUA têm muito a ganhar com o mesmo.

Equador: Correa empossa novos ministros após dissidências na Aliança PAÍS envolvendo projeto de consulta popular.

01/02- O presidente do Equador, Rafael Correa, empossou dois novos ministros, em substituição aos que renunciaram em 27/01 por discordâncias com o governo. Edwin Jarrín, que foi vice-ministro do Interior, substitui agora Juan Sebastián Roldán na Secretaria de Transparência e Gestão; e Maria Luisa Moreno, que foi governadora de Manabí, assume a Secretaria de Povos e Nacionalidades no lugar de Alexandra Ocles. Roldán e Ocles, membros da corrente "Ruptura dos 25", então integrante do movimento Aliança PAÍS, renunciaram a seus cargos quando sua tendência política anunciou o rompimento com o movimento governista, devido a discordâncias com relação ao projeto de consulta popular e referendo encaminhado por Rafael Correa à Corte Constitucional (CC) do Equador. Segundo eles, as temáticas abordadas no procedimento não foram debatidas dentro da Aliança PAÍS. A consulta versa sobre questões trabalhistas, de justiça e em matéria de comunicação, e sua aplicação ainda está sendo analisada pelos membros da CC. Para os ministros que renunciaram, da maneira que foram elaboradas as perguntas não solucionarão o problema da insegurança e da crise da justiça no país.

Equador: Policial acusado de atentado contra Correa se entrega para julgamento.

07/02- O sargento Luis Martínez, um dos policiais mais procurados desde outubro de 2010, entregou-se voluntariamente à presidência da República, no Equador. Martínez é ex-membro da equipe policial do Grupo de Operações Especiais (GAO, na sigla em espanhol), e é acusado de ter sido um dos principais instigadores da rebelião policial contra a Lei de Serviço Público, que deu margem à tentativa de golpe de Estado em 30/09/2010. Ele responde formalmente por tentativa de homicídio contra o presidente da República, Rafael Correa, e por insubordinação às instâncias superiores da Polícia. Além de Martínez, oito policiais ainda respondem a processos acerca dos acontecimentos de 30/09/2010, além do ex-diretor do Hospital da Política, César Carrión. Em 11/02 os investigadores responsáveis pelo caso realizaram uma nova reconstituição dos fatos, dessa vez dentro da Assembléia Nacional Legislativa (ANL), para tentar esclarecer a obstrução da passagem dos parlamentares no dia da tentativa de golpe. As investigações continuam e na próxima terça-feira, 22/02, o juiz de Garantias Penais de Pichincha, Luis Enriquez, deve se pronunciar em audiência acerca das supostas tentativas de assassinato.

Equador: Corte Constitucional aprova nova proposta de referendo de Rafael Correa.

15/02- Por seis votos a três, os juízes da Corte Constitucional (CC) do Equador aprovaram a proposta de consulta popular encaminhada pelo presidente da República, Rafael Correa, no dia 17/01. O debate durou seis horas, e versou sobre os dois informes produzidos pelos juízes Patricio Herrera e Nina Pacari Vega. A partir deles, o órgão atestou a constitucionalidade das perguntas do referendo, tendo reformado duas delas, que envolviam o tema da reforma penal, a fim de eliminar possíveis formas de indução ao eleitor. Os principais temas contemplados na consulta serão: a caducidade de prisões preventivas e aplicação de penas alternativas; a reestruturação e conformação do Conselho do Judiciário (CJ); e a criação de um Conselho de Regulação dos Meios de Comunicação. O governo informou que irá acatar todas as modificações feitas pelos juízes. Segundo Patricio

Pazmiño, presidente da CC, o órgão cumpriu com o seu dever de zelar pela observância da Constituição e não cedeu a influências políticas. Uma vez emitido o decreto de julgado, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) tem 15 dias para convocar e 60 dias para organizar e concluir o processo eleitoral, o que deve ocorrer em maio de 2011.

Equador: Corte Constitucional do Equador é demandada na CIDH por processo de referendo revogatório do mandato de Correa.

22/02- O jornalista e ativista político Carlos Vera denunciou a Corte Constitucional do Equador (CC) perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Vera acusa o organismo equatoriano de obstruir o processo de recolhimento de assinaturas que visava a convocação de um referendo para revogação do mandato do presidente Rafael Correa. Segundo a Constituição do Equador, o mandato presidencial pode ser revogado a qualquer tempo, desde que 15% do eleitorado ratifique, em 180 dias, a convocação de um referendo nacional sobre a questão. Em 26/02, entretanto, encerrou-se o prazo de Vera para apresentação das assinaturas recolhidas, as quais, segundo ele, somaram 1.350.000 - das 1.579.000 que seriam necessárias. Vera acusa a CC de haver violado os artigos 8, 23 e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos, e de ser um órgão ilegítimo por haver sido designado por um Congresso transitório, integrado em maioria pelos legisladores da Constituição de 2008. O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) afirmou que o caso será arquivado, e que um novo processo de recolhimento de assinaturas para referendo revogatório presidencial só poderá ser empreendido por outro cidadão ou organização social.

Equador: Unesco divulga informe recomendando a criação de um órgão regulador das comunicações.

15/03 - A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) encaminhou à Assembléia Nacional Legislativa (ANL) um informe oficial sobre Desenvolvimento Midiático no Equador, com base num estudo feito pela organização. O documento incentiva a criação de um organismo regulador do setor, proposta que tem estado no cerne das discussões em torno da Lei de Comunicação, prevista pela Constituição equatoriana, e fará parte da consulta popular a ser realizada em maio. Para a Unesco, a regulação é importante, especialmente no que tange aos meios audiovisuais, área que envolve a concessão de frequências, com a ressalva de que não se interfira em matéria de conteúdo informativo. Ressalta-se, sobretudo, que qualquer ente regulador deve ser independente, contando com autonomia administrativa e financeira. O documento foi recebido pelo presidente da ANL, Fernando Cordero, e deve servir de insumo para a legislação em trâmite há dois anos. Na consulta popular de 07/05, os eleitores deverão manifestar acordo ou desacordo com a pergunta que prevê a criação de um órgão que regule transmissão de conteúdos violentos, explicitamente sexuais ou discriminatório, responsável por estabelecer critérios de responsabilidade ulterior para os jornalistas.

Equador: Revogados constitucionalmente os mandatos de quatro autoridades políticas.

22/03 - O Conselho Nacional Eleitoral do Equador (CNE) divulgou oficialmente o resultado dos processos eleitorais de revogação de mandatos, que acarretaram o afastamento de quatro dos sete detentores de cargos públicos então submetidos a votação. As eleições se realizaram em Manabí, Loja, El Oro e Morona Santiago, onde participaram um total de 28.683 cidadãos. Dentre os que tiveram seus mandatos revogados estão o prefeito de Junín, Luis Mendoza Giler e o presidente da Junta Paroquial de San Lorenzo, em Manabí; e dois parlamentares de Pindal, em

Loja. Segundo o artigo 105 da Constituição equatoriana, é possível revogar o mandato de qualquer autoridade de eleição popular, uma vez cumprido o primeiro e antes do último ano de atividade do período para o qual fora eleito, incluindo o presidente da República. Para realização do processo eleitoral de revogação devem ser recolhidas, por seis meses, assinaturas correspondentes a, pelo menos, 10% dos eleitores de dada circunscrição eleitoral, e 15% dos eleitores do país no caso de revogação do mandato presidencial. Até o momento o CNE analisa 559 solicitações de revogação. Destas, 132 já venceram o prazo para apresentação do número mínimo de assinaturas.

Paraguai: Lugo se encontra com Comissário Europeu de Comércio para discutir acordo com Mercosul.

07/02 – O presidente do Paraguai, Fernando Lugo, e o chanceler, Héctor Lacognata, se reuniram em Assunção com o Comissário Europeu de Comércio, Karel de Gucht, para discutir a possível realização do Tratado de Livre Comércio (TLC) entre o Mercosul e a União Européia. Atualmente, o Paraguai ocupa a Presidência pro tempore do Mercosul. Lacognata afirmou que uma das prioridades da Presidência pro tempore paraguaia é chegar a um acordo que contemple um tratamento diferenciado para os países pequenos do Mercosul e avançar nas negociações, que foram retomadas em maio de 2010 após uma interrupção de seis anos. De Gucht enfatizou o bom momento da economia paraguaia como um dos incentivos para as negociações do TLC, ressaltando o resultado positivo da balança comercial do país e o crescimento econômico alcançado em 2010. O objetivo de ambas as partes é finalizar as bases para o acordo no primeiro semestre de 2011. Karel de Gucht chegou ao Paraguai após visitar os outros países membros do Mercosul: Argentina, Brasil e Uruguai. As próximas rodadas de negociação acontecerão em Bruxelas e Assunção nos meses de março e maio. Os resultados desses encontros serão anunciados durante a próxima Cúpula do Mercosul, que será realizada no mês de junho em Assunção.

Paraguai: Forças Armadas anunciam investimento para o reequipamento das unidades militares na região de fronteira com a Bolívia.

10/02: O comandante interino do Exército do Paraguai, general Darío Cáceres, anunciou que as Forças Armadas do país investirão 8,9 milhões de guaranis (o equivalente a US\$ 2 milhões de dólares) em projetos que incluem, dentre outros, o reequipamento das unidades militares situadas na região do Chaco, fronteira com a Bolívia. O anúncio foi realizado na sede do Exército durante a apresentação dos projetos militares para o ano de 2011, na presença do presidente Fernando Lugo. Os seis destacamentos da área serão reformados e ampliados com o objetivo de permitir o acréscimo do contingente militar atual, além de receberem novos fuzis e metralhadoras. Cáceres negou que a ampliação do efetivo esteja relacionada com o aumento da presença militar boliviana na região fronteira. As Forças Armadas bolivianas possuem um efetivo de 70 mil membros, sete vezes maior do que o contingente paraguaio. Em 04/02, o ministro da Defesa paraguaio, Cecilio Pérez Bordón, visitou a Espanha com o objetivo de ampliar a cooperação bilateral na área de defesa. No mesmo dia, a hidrelétrica Itaipú Binacional anunciou que destinará às Forças Armadas paraguaias US\$ 220 milhões de dólares para a segurança da zona de influência da represa.

Paraguai: Lugo viaja a Cuba para tratamento médico e em seguida visita tropas no Haiti.

16/02: O presidente do Paraguai, Fernando Lugo, realizou uma visita a Cuba para o diagnóstico e o tratamento de uma tendinite nos pés. O presidente permaneceu internado por três dias no hospital Frank País, sendo orientado pela equipe médica

cubana dos procedimentos necessários para a continuação do tratamento no Paraguai. Após receber alta, Lugo se encontrou com seu homólogo Raúl Castro e tratou de temas bilaterais, aproveitando a ocasião para agradecer a oferta do tratamento médico oferecida pelo país. Em seguida, visitou a residência de Fidel Castro, que parabenizou o presidente paraguaio pelo crescimento econômico de 14,5% alcançado em seu governo. A decisão de Lugo foi criticada pela imprensa, por políticos e por autoridades da área da saúde do Paraguai, alegando que o presidente deveria se tratar da enfermidade em seu país e não no exterior. Em 08/2010, Fernando Lugo foi diagnosticado com câncer no sistema linfático e desde então viajou constantemente ao Brasil para tratamento, alegando que o Paraguai não possui equipamentos médicos de ponta necessários ao tratamento. No dia 19, Lugo viajou para Porto Príncipe, capital do Haiti, onde visitou as tropas paraguaias que servem na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah).

Paraguai: Hidrelétrica binacional de Yacyretá é oficialmente concluída e opera em seu nível máximo.

25/02 – O presidente do Paraguai, Fernando Lugo, e sua homóloga argentina, Cristina Kirchner, celebraram oficialmente o fim das obras da Entidade Binacional de Yacyretá (EBY), bem como a elevação do nível do reservatório da hidrelétrica à cota de 83 metros, o que proporcionou a operação da usina em seu grau máximo. O encontro ocorreu na cidade argentina de Posadas, que faz fronteira com a cidade paraguaia de Encarnación. A construção da EBY se estendeu por 38 anos - 30 a mais do que o previsto - e teve o custo aproximado de US\$ 12 bilhões de dólares. Cerca de 80% do território inundado pela represa, banhada pelo rio Paraná, pertence ao Paraguai. Representantes da oposição criticaram duramente o presidente Lugo, principalmente pela elevação da cota 83 antes do fim da negociação da dívida paraguaia com o tesouro argentino e pela não conclusão de diversas obras ambientais e de infra-estrutura que constavam do acordo inicial. Ambientalistas afirmam que a elevação do nível da represa causou diversos danos ao meio-ambiente da região. O aumento da produção da EBY permitiu a realização de um acordo de compra e venda de energia elétrica entre o Paraguai e o Uruguai, gerando uma receita entre US\$ 60 a US\$ 120 milhões de dólares.

Paraguai: Lugo encerra visita a países da Ásia.

18/03 – O presidente do Paraguai, Fernando Lugo, encerrou uma viagem internacional de 12 dias ao Vietnã e a Taiwan, onde foi acompanhado dos ministros das Relações Exteriores, Indústria e Comércio, além de Agricultura e Pecuária. Em Hanói, Lugo se reuniu no palácio presidencial com seu homólogo vietnamita, Nguyen Minh Triet. No encontro, o presidente paraguaio destacou o bom momento econômico do país para investimentos estrangeiros, enquanto o mandatário vietnamita anunciou o desejo de ampliar as importações de carne, soja e outros produtos paraguaios, além de estreitar as relações bilaterais em temas como cooperação científica e tecnológica. A estatal vietnamita de telecomunicações, Viettel Group, ofereceu um investimento de US\$ 100 milhões de dólares a Companhia Paraguaia de Telecomunicações (Copaco). Em Taiwan, Lugo pediu às autoridades a ampliação dos investimentos no Paraguai, afirmando o país pode ser a porta de entrada para os produtos taiwaneses no Mercosul. Ocorreram reuniões de negócios entre empresários de ambos os países que resultaram em acordos nos temas da pecuária e agricultura, como a instalação de uma usina no Paraguai para o beneficiamento da cana de açúcar e seus derivados.

Paraguai: Novo chanceler toma posse.

22/03 – O novo ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Jorge Lara Castro, tomou posse em substituição a Héctor Lacognata, que renunciou ao cargo no dia

anterior. O ato ocorreu no Salão da Independência do Palácio de Governo e foi assistido pelo presidente Fernando Lugo e por diversas autoridades dos três poderes, além de diplomatas estrangeiros e familiares do novo ministro, que exercia anteriormente a função de vice-Chanceler. Héctor Lacognata foi alvo de críticas de diversos setores da imprensa e da política paraguaia por acumular simultaneamente os cargos e vencimentos de Ministro das Relações Exteriores e Conselheiro da Entidade Itaipú Binacional. Lara Castro manifestou seu desejo de contribuir para o processo de integração regional buscando um maior posicionamento e participação do Paraguai na tomada de decisões dos problemas internacionais. Entre suas prioridades está a negociação para a aprovação pelo Congresso Nacional brasileiro de uma série de compensações exigidas pelo governo paraguaio referentes a construção da hidrelétrica de Itaipú e o lobby pela ratificação da entrada da Venezuela no Mercosul pelo Senado paraguaio, o que provocou o descontentamento de representantes da oposição, que criticaram o suposto “bolivarianismo” do novo ministro.

Peru: Órgão eleitoral registra 3,5 milhões de novos eleitores no pleito de 2011.

05/02 – Segundo o boletim estatístico do Registro Nacional de Identificação e Estado Civil (Reniec, na sigla em espanhol) do Peru, 3,5 milhões de novos eleitores votarão nas eleições de 2011, o que representa um aumento de 20,95% em relação ao número de eleitores que foram às urnas em 2006. Os cidadãos entre 20 e 34 anos formam o maior grupo do eleitorado. Eles correspondem a 39,12% dos votantes. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Opinião Pública da Universidade Católica do Peru, publicada pelo jornal La Republica em 06/02, o candidato do partido Peru Possível, Alejandro Toledo, lidera a disputa pela presidência da República com 28,6%. Em seguida aparece Keiko Fujimori, do Partido Força 2011, com 20,3%. Luis Castañeda, do Partido Solidariedade Nacional, obteve 17,5% das intenções de voto. Ollanta Humala, do Partido Nacionalista, e Pedro Pablo Kuczynski, da Coligação Aliança Para a Grande Mudança, tiveram cada um 12% e 3,6%. Uma pesquisa realizada pela empresa Imasen e publicada pelo jornal La Republica no dia 01/02 constatou que 35,6% dos entrevistados estão insatisfeitos com a política econômica peruana e 48,2% acreditam que a pobreza aumentou durante o governo de Alan García.

Peru: Termina vigência de ATPDEA.

12/02 – Terminou a vigência do Ato de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas (ATPDEA, na sigla em inglês). O acordo, que expirou e não foi renovado, garantia preferências tarifárias para a entrada nos EUA de alguns produtos provenientes da Colômbia, do Equador e do Peru. O ATPDEA tinha como objetivo promover o desenvolvimento das economias desses três países, com a intenção de gerar alternativas à produção de narcóticos para suas populações. A renovação do ATPDEA foi negada pelo Congresso norte-americano. A bancada democrata é contra a extensão da vigência do acordo, a não ser que os republicanos aprovem a Lei de Ajuste Comercial. Essa legislação, que também expirou, protege os trabalhadores americanos prejudicados com a competição estrangeira. O ATPDEA entrou em vigor em 2002 para substituir o Ato de Preferências Comerciais Andinas (ATPA, na sigla em inglês), vigente desde 1991. De acordo com o jornal El Comercio, a maior parte dos exportadores peruanos não depende mais desse acordo, pois o Peru e os EUA possuem um tratado de livre comércio que entrou em vigor em 2009.

Peru: Manifestações deixam 34 feridos.

16/02 – Trabalhadores das refinarias de açúcar da região de Chimbote, departamento de Ancash, no Peru, entraram em greve para exigir o pagamento de

benefícios sociais que estariam atrasados. A greve teve início quando os dirigentes sindicais da refinaria foram demitidos, após terem escrito um comunicado público no qual afirmavam que os trabalhadores da empresa eram maltratados. As manifestações já deixaram 34 feridos, entre civis e policiais. Os conflitos envolvendo refinarias de açúcar têm se multiplicado, já que, em 31/12/2010, a Lei de Proteção Patrimonial expirou e o governo decidiu não renová-la. Essa lei concedia subsídios e evitava que as empresas açucareiras da região pudessem ser embargadas por dívidas. A empresa agroindustrial Polmaca S/A deve ao governo cerca de 7 milhões de sóis (o equivalente a US\$2,5 milhões) em encargos sociais. O Ministério do Trabalho declarou improcedentes as ações dos manifestantes, e o porta-voz da empresa, Eduardo Huallanca, declarou que os grevistas serão demitidos por justa causa se não voltarem ao trabalho até o dia 21/02.

Peru: Governo rompe relações diplomáticas com a Líbia.

22/02 – O Peru anunciou a suspensão de suas relações diplomáticas com a Líbia. Segundo o presidente Alan García, a decisão é uma forma de protesto contra a violência com a qual o governo líbio tem reprimido a revolta popular pela renúncia de Muammar Khadafi, que teve início no dia 14/02. No dia 26/02, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas aprovou uma resolução que estabelece sanções contra o país africano. Foi decretado um embargo de armas à Líbia e os bens de Khadafi no exterior foram congelados. García pediu que a organização internacional também determinasse um bloqueio comercial e aéreo ao país. O Peru foi a primeira nação a romper relações com a Líbia. França, Inglaterra, EUA e Canadá também suspenderam as atividades de suas embaixadas e retiraram seu pessoal diplomático do país. Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e Paraguai condenaram publicamente as ações do governo líbio. O mandatário boliviano, Evo Morales, pediu que a crise seja resolvida de maneira pacífica. O chanceler do Peru, José Antonio García Belaúnde, anunciou que as relações com a Líbia serão retomadas quando a situação política no país africano se normalizar.

Peru: Primeiro-ministro renuncia.

18/03- O primeiro-ministro do Peru e também titular da pasta da Educação, José Antonio Chang, renunciou a seus cargos. Chang justificou sua saída afirmando que pretende se candidatar ao cargo de reitor da Universidade de San Martín de Porres. Durante uma cerimônia no Palácio do Governo, Chang foi condecorado pelo presidente Alan García, que qualificou o trabalho do ex-primeiro-ministro como extraordinário e histórico. No dia 19/03, a ministra da Justiça Rosário Fernández assumiu o cargo de primeira-ministra. O vice-ministro de Gestão Institucional, Víctor Raúl Díaz Chávez, foi escolhido como o novo ministro da Educação. José Antonio Chang foi nomeado ministro da Educação em 28/07/2006 e assumiu o cargo de primeiro-ministro depois de uma reformulação do gabinete presidencial em 14/09/2010. Com a renúncia de Chang, o titular da pasta das Relações Exteriores, José Antonio García Belaúnde, é o único ministro que mantém seu cargo desde o começo do governo Alan García. Fernández declarou a imprensa que descarta a possibilidade de uma crise ministerial com a saída de Chang.

Peru: Humala assume o primeiro lugar em pesquisa eleitoral.

28/03 – De acordo com a última pesquisa de intenção de voto para a eleição presidencial no Peru, realizada pela empresa Ipsos Apoyo, Ollanta Humala, do Partido Nacionalista Peruano, assumiu a liderança na disputa, com 22,8% das intenções de voto. Em segundo lugar aparece Keiko Fujimori, do partido Força 2011, com 22,3%. Alejandro Toledo, do partido Peru Possível, ficou em terceiro lugar, com 21,6%. Em seguida, ocupando o quarto e quinto lugar respectivamente estão Pedro Pablo Kuczynski, da coligação Aliança para a Grande

Mudança, com 15,8% e Luis Castañeda, do partido Solidariedade Nacional, com 15%. A pesquisa também apontou que, em caso de segundo turno, Humala só ganharia de Kuczynski. Já Fujimori, triunfaria sobre Humala e Kuczynski. Alejandro Toledo só perderia para Castañeda. Kuczynski seria derrotado por qualquer dos outros postulantes e Castañeda triunfaria em um eventual segundo turno com qualquer dos outros candidatos. Segundo outra pesquisa recente da Ipsos Apoyo, 31% dos eleitores peruanos diz indeciso sobre qual candidato votará. As eleições estão marcadas para o dia 10/04.

Uruguai: Vázquez pede unidade da Frente Ampla, que completa 40 anos.

05/02 – Em ato pela comemoração dos 40 anos da Frente Ampla, o ex-presidente do Uruguai Tabaré Vázquez pediu a unidade da coalizão e um “apoio crítico construtivo” ao governo. Em seu discurso, Vázquez destacou que propostas devem ser feitas em momentos oportunos e no lugar adequado, e não em uma competição midiática, que ameaça a “unidade férrea” da Frente Ampla. A cerimônia aconteceu no mesmo salão do Palácio Legislativo onde foi fundada, em 1971, a coalizão de partidos de esquerda que governa o Uruguai. Estiveram presentes as principais lideranças da Frente Ampla, como o presidente José Mujica. A maioria dos discursos mencionou as divergências internas sobre a reforma tributária e a orientação da política econômica. Na mesma linha, o vice-presidente, Danilo Astori, exigiu disciplina interna e argumentou que é preciso saber quando falar com um companheiro ao ouvido e quando se pronunciar publicamente. As declarações desagradaram ao Partido Comunista (PCU), membro da Frente Ampla que vinha manifestando divergência a políticas econômicas do governo, tais como os benefícios fiscais aos investidores estrangeiros que se instalam no país. O senador Eduardo Lorier, secretário-geral do PCU, argumentou que o pluralismo, com debate e sem ninguém subordinado, é um princípio de fundação da coalizão.

Uruguai: Suprema Corte e sindicalistas lançam nova ofensiva contra Lei de Caducidade.

09/02 – A Suprema Corte de Justiça do Uruguai declarou exceção de inconstitucionalidade e inaplicabilidade da Lei de Caducidade para mais um caso de suposto crime da ditadura militar: cinco militantes tupamaros foram capturados em Buenos Aires, levados ao Uruguai no “Voo Zero” da Operação Condor, e executados com fuzilamento após tortura, em novembro de 1974. Também é investigado o desaparecimento do filho de dois deles, adotado por agentes do antigo Serviço de Informação do Estado (Side). No mesmo dia da decisão da Suprema Corte, a central sindical PIT-CNT e outras organizações sociais lançaram uma mobilização, que durará um ano, para pressionar pela anulação da Lei de Caducidade. É também uma resposta às ações do Foro Libertad y Concordia. O grupo, formado por militares reformados, divulgou três comunicados públicos entre 26 de janeiro e 7 de fevereiro, exigindo que os comandantes das Forças Armadas protejam aqueles que estão sendo processados por crimes da ditadura. Fez a ameaça velada de, caso isso não ocorra, ser levado “a extremos que não desejariam chegar jamais”. A PIT-CNT e outros movimentos sociais promoveram manifestações nas ruas em 31 de janeiro contra essa carta.

Uruguai: Equipe econômica quer reforma tributária mais moderada que setores da Frente Ampla.

18/02 – O ministro da Economia do Uruguai, Fernando Lorenzo, tentou acalmar os setores da coalizão governista Frente Ampla que exigem mudanças na política tributária, como o majoritário Espacio 609, o Partido Comunista e o Partido Socialista. Em reunião com o Secretariado Executivo da Frente no dia 17/02, ele aceitou que haja desconto total do imposto sobre o valor agregado (IVA) para 87

mil famílias de baixa renda. Prometeu também rever, futuramente, o limite máximo e mínimo de cobrança do imposto de renda (IRPF). O MPP, maior grupo dentro do Espacio 609, no entanto, exige ainda um aumento no imposto sobre as atividades econômicas (IRAE), que o ministro recusou no início da semana. O vice-presidente Danilo Astori, ministro da Economia no governo anterior e líder dos grupos moderados da coalizão, apoia Lorenzo e afirmou que uma mudança grande no sistema tributário comprometeria a arrecadação e afugentaria investimentos. Na Câmara de Representantes, o Partido Nacional criticou o governo por excluir a oposição do processo de formulação da política tributária, ao vetar sua solicitação de convocação da equipe econômica para explicar à Comissão de Fazenda seu projeto de reforma, ainda em debate interno na Frente Ampla.

Uruguai: Mujica se reúne com Cristina na Argentina por gás e contra protecionismo.

25/02 – O presidente do Uruguai, José Mujica, reuniu-se na Argentina com a presidente Cristina Fernández de Kirchner. O tema central era a decisão de 15/02 de ampliar o número de 400 para cerca de 600 produtos uruguaios incluídos nas licenças não automáticas de importação, usadas desde 2008 pelo governo argentino para solicitar informação e documentação ao importador, atrasando as transações. Isso gerou o cancelamento de acordos comerciais já assinados, em prejuízo estimado em 100 milhões de dólares pelo setor exportador uruguio. Os presidentes acordaram verbalmente em formar uma comissão binacional de técnicos que avalie os impactos das travas comerciais argentinas e monitore a demora na liberação dos produtos uruguaios, para não ultrapassar os 60 dias tidos como limite. Eles acertaram também a instalação de um terminal de regaseificação flutuante em território uruguio, que proverá gás natural liquefeito (GNL) para os dois países por um período de 15 anos a partir de 2013. O Uruguai deixará de importar 300 mil metros cúbicos diários de gás da Argentina e ficará com 2 milhões de metros cúbicos diários do gás produzido pelo terminal, vendendo o restante para os vizinhos.

Uruguai: Mujica participa em São Paulo de evento sobre integração produtiva.

14/03 – O presidente do Uruguai, José Mujica, foi a São Paulo para o encontro “Brasil-Uruguai: oportunidades de integração produtiva e de comércio bilateral”, organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ao receber a Ordem do Mérito Industrial, Mujica declarou que o Uruguai foi concebido para ser um Estado-tampão, mas que sua luta é para que seja uma ponte da integração regional. Ministros, 80 empresários e sindicalistas acompanharam o presidente. Foi realizado um seminário com exposições sobre o ambiente de negócios e investimentos no Uruguai e as perspectivas de desenvolvimento nos setores automotivo, naval, de energias renováveis, agropecuário, e de biotecnologia. Os ministros das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro, e do Brasil, Antonio Patriota, tiveram uma reunião sobre a agenda bilateral, e trataram de acordos de interconexão energética e no setor automotivo. Patriota anunciou que a presidenta Dilma Rousseff fará uma viagem oficial ao Uruguai em 16 de maio. Mujica encontrou-se ainda com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e jantou com empresários.

Uruguai: Corte Interamericana de Direitos Humanos decide que Lei da Caducidade deve perder efeito.

24/03 - O Uruguai foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos a julgar os responsáveis pelo desaparecimento da nora do poeta Juan Gelman, María Claudia García, e pela substituição da identidade de sua neta, Macarena Gelman,

durante a ditadura militar. A Corte decidiu que a Lei de Caducidade deve ser tornada sem efeito, ao obrigar que o Estado assegure que ela não volte a representar um obstáculo para a investigação deste caso e de outras violações de direitos humanos ocorridas no país, nem para punição dos responsáveis. A decisão acrescenta que deve ser realizado um ato público com a presença das vítimas para reconhecer a responsabilidade internacional do Estado sobre os fatos ligados ao caso Gelman. A condenação obriga ainda ao pagamento de US\$ 485 mil de compensação a Macarena Gelman, parte dela referente aos gastos judiciais da família, que iniciou o litígio em 2006. Marcelo Gelman e María Claudia García, que estava grávida de sete meses, foram seqüestrados em Buenos Aires em 1976, como parte do Plano Condor. Apenas em 2000, Juan Gelman encontrou sua neta, nascida em um hospital militar. Os restos mortais de Marcelo foram identificados em 1989, mas María Claudia continua desaparecida.

Venezuela: Nove ativistas em greve de fome exigem visita de secretário geral da OEA.

07/02 – Nove membros do grupo Juventude Ativa Venezuela Unida (JAVU) completaram uma semana de greve de fome em frente às instalações da Organização dos Estados Americanos (OEA) para exigir que José Miguel Insulza, secretário geral do organismo, faça visita prometida em 2009 para constatar a situação dos direitos humanos na Venezuela. Os grevistas denunciaram a existência de 27 presos políticos no país e afirmaram que só terminarão com sua greve de fome depois que sejam libertados pelo menos quatro deles. Três deles são os opositores Biaggio Pilieri, José Sánchez “Mazuco” e Freddy Curupe, que continuam presos apesar de terem sido eleitos deputados nas eleições legislativas em 26/09/2010. Instâncias judiciárias impediram até agora a sua posse na Assembléia Nacional. O quarto é o caso da ex-juíza María Lourdes Afiuni, presa desde 2009 após ordenar a libertação do banqueiro Eligio Cedeño. Afiuni foi hospitalizada em 02/02 para uma intervenção cirúrgica e uma juíza de Caracas lhe permitiu voltar à sua casa para cumprir um período de recuperação. O prefeito metropolitano de Caracas, Antonio Ledezma, que já fez greve de fome no mesmo lugar, foi pessoalmente manifestar sua solidariedade com os grevistas.

Venezuela: Cabo submarino de fibra ótica para melhorar conexões a internet é instalado entre litoral venezuelano e Cuba.

08/02 – Um cabo submarino de fibra ótica de desenhado para melhorar a conectividade de Cuba com a internet foi estendido por um navio que percorreu 1,630 quilômetros entre Camurí, no litoral norte da Venezuela, e a praia de Siboney, na cidade cubana de Santiago. O projeto faz parte dos mecanismos de cooperação bilateral com Cuba e tem o objetivo de multiplicar em 3 mil vezes a velocidade da conexão à internet desde o território cubano. Para a Venezuela, o cabo supõe a possibilidade de ter uma saída internacional para a transmissão de voz e dados. O investimento para o projeto foi avaliado em US\$70 milhões e se desenvolve sob a responsabilidade da Shanghai Bell, que é uma filial da francesa Alcatel-Lucent com sede na China. A empresa mista cubano-venezuelana Telecomunicações Gran Caribe é a encarregada de iniciar as operações do serviço a partir de julho de 2011. Até agora, Cuba efetuava suas conexões apenas via satélite devido ao bloqueio econômico e comercial imposto pelo governo dos EUA, que havia inibido o desenvolvimento desse tipo de infra-estrutura. O projeto inclui uma extensão do cabo até a Jamaica.

Venezuela: Ministro de Energia e Petróleo debate com a oposição na Assembleia Nacional.

17/02 – O ministro de Energia e Petróleo e presidente da estatal Petróleos de Venezuela (Pdvsa), Rafael Ramírez, compareceu à Assembleia Nacional para participar da terceira sessão de prestação anual de contas do Executivo diante do Legislativo. Desta vez foram discutidas as ações de governo na área de desenvolvimento territorial, razão pela qual estiveram presentes também os ministros de Energia Elétrica, Moradia, Meio Ambiente, Transporte e Comunicações. Os deputados da oposição questionaram o ministro Ramírez sobre diversos fatos acontecidos em 2010, como a perda de grandes quantidades de alimentos estragados administrados por uma filial da Pdvsa, o afundamento da plataforma petrolífera Aban Pearl, a queda na produção de petróleo e a deficiente distribuição de gasolina. Ramírez negou que o governo pretenda estabelecer mecanismos de racionamento do combustível, mas salientou a necessidade de fazer uso racional desse recurso. O ministro também revelou que o lucro da Pdvsa em 2010 foi de US\$ 3.128 milhões e quantificou os distintos tipos de contribuições da empresa para programas de desenvolvimento social.

Venezuela: Governo e oposição coordenam estratégias conjuntas de segurança pública.

26/02 – O vice-presidente da República, Elías Jaua, e o ministro de Interior e Justiça, Tarek El Aissami, acordaram com governadores e prefeitos, tanto governistas quanto da oposição, outorgar US\$34,6 milhões a 46 projetos estaduais e municipais de segurança pública. O anúncio foi feito no contexto da reunião extra-ordinária do Conselho Federal de Governo, do qual fazem parte o Executivo nacional, governadores de todos os estados e alguns prefeitos e tem por mandato constitucional o planejamento e coordenação de políticas de descentralização e transferência de competências a estados e municípios. Na sessão, os opositoristas expressaram a necessidade de eliminar os temores de chefes policiais e militares a represálias políticas por coordenar esforços com governos regionais da oposição para combater a insegurança. Já os governadores filiados ao Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), pediram que seus adversários reconhecessem o esforço do Executivo nacional na luta contra o crime. O presidente Hugo Chávez não esteve presente no encontro, mas parabenizou via Twitter a seus ministros e aos governadores pelos resultados alcançados.

Venezuela: Chávez condena intervenção militar na Líbia.

19/03 – O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, condenou a ofensiva aérea contra objetivos em território da Líbia que iniciaram na véspera forças militares dos EUA, França e Reino Unido. Para Chávez, a resolução do Conselho de Segurança da ONU que autorizou a intervenção obedece aos anseios do império estadunidense e seus aliados europeus para tomar conta do petróleo líbio. O presidente qualificou de irresponsáveis os governos que iniciaram a ofensiva contra o governo de Muamar Kadafi por escolher o caminho da guerra e não prestar atenção aos esforços de mediação que ele mesmo vinha propondo junto a outros países árabes, europeus, africanos e latino-americanos. Em 02/03, Chávez chegou a conversar por telefone com Kadafi para expressar sua solidariedade e fazer a proposta de criar uma comissão internacional de paz integrada pelos membros da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), da Liga Árabe e da União Africana. Em entrevista para a televisão, Saif al Islam, filho de Kadafi, agradeceu as intenções de Chávez mas afirmou não haver necessidade de intervenções externas e muito menos de atores provenientes de regiões distantes.

Venezuela: Chávez promulga reforma à lei das forças armadas.

22/03 – O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, usando dos poderes delegados pela Assembleia Nacional mediante Lei Habilitante, promulgou uma reforma à Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana que modificou 48 artigos dessa legislação. O novo texto da lei provocou reações de diversos setores da oposição que consideraram alguns dos artigos modificados como mais um passo rumo à desprofissionalização das forças armadas. Especialmente, os deputados opositores Tomás Guanipa, Leomagno Flores, Mervin Méndez e Hirán Gaviria, que fazem parte da comissão de defesa da Assembleia Nacional, rejeitaram o reconhecimento dado à Milícia Bolivariana como parte integrante da instituição castrense. Eles questionaram a possibilidade de que os milicianos, definidos como voluntários que não exercem a profissão militar, possam ser reconhecidos até com graus de sargento e oficial e ter sob seu comando a militares plenamente formados na carreira militar. Rocío San Miguel, coordenadora de Controle Cidadão, organização civil dedicada ao monitoramento das atividades das entidades de defesa nacional, alertou para o fato da Milícia Bolivariana depender diretamente do presidente da República, o que sinalizaria a constituição de uma guarda pretoriana.